



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: QUITO FORMIGA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 16 DE JUNHO DE 2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Na qualidade de membro da Comissão de Administração Pública declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública do ano de 2016.

Presentes o Vereador Mario Covas Neto e este Vereador.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral, no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Audiências Públicas, registro escrito.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, diariamente, desde o dia 07 de junho de 2016.

Em atendimento ao requerimento 23/2016, de autoria deste Vereador e dos Vereadores Quito Formigo e Mario Covas Neto, aprovado em reunião ordinária, no dia 04 de maio de 2016, pela Comissão de Administração Pública, que tem como objetivo tratar dos contratos do Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde, IABAS, com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Convido para compor a Mesa os Srs. Luciano Artioli Moreira, Vice-Presidente do Instituto de Atenção Básica à Saúde; Célia Cristina Bortoletto, Secretária Adjunta Municipal da Saúde, neste ato representada pelos Srs. Francisco Ernane Ramalho Gomes, Assessor do Núcleo Técnico de Contatos de Serviço de Saúde e Adriano Albano Forghieri, Presidente da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, APCD. Muito obrigado pela presença.

Tem a palavra o Vereador Mario Covas Neto.

O SR. MARIO COVAS NETO – Bom dia a todos. Grato, Sr. Presidente, por atender meu pedido desta audiência, por ter ajudado na abertura. O Presidente da Comissão, Vereador Quito Formiga, me ligou muito preocupado porque está preso no trânsito, deve chegar em alguns minutos.

Sr. Presidente, o que nos motivou a chamar esta audiência pública foi uma

reclamação que recebi em meu gabinete, certamente o senhor deve ter recebido também, de vários servidores da Saúde do Município. Fiquei muito impressionado com as matérias veiculadas na imprensa, como a publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, apontando que o Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde, IABAS, recém-contratado pela Prefeitura tem com o Município uma dívida que beira 500 mil reais.

Meu temor só fez aumentar quando me deparei com o *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, no último dia 21 de abril, que trouxe em sua página 91, despacho do gabinete do Sr. Secretário de Saúde, Alexandre Padilha, homologando chamada pública ao IABAS para gerenciar e executar serviço em algumas unidades de saúde da Prefeitura pelo módico valor de 121 milhões de reais, além de 300 mil que ficam para o restante.

Por causa dessa e de outras informações chegadas ao meu gabinete, não só documentais como também pessoais feitas por funcionários da Saúde é que resolvi chamar esta audiência pública para ouvirmos o IABAS e a Secretaria Municipal de Saúde.

Minha preocupação, senhores, reside no fato de que não houve licitação para o contrato dessa monta. Esse Instituto já havia tido problemas com a gestão passada, por contratos firmados e não cumpridos. Ao que se informa, na gestão Kassab, o IABAS foi contratado para gerir a saúde bucal da população, recebeu por isso e não executou.

Nessa oportunidade os Vereadores Paulo Fiorilo, Juliana Cardoso, além do ex-Vereador Carlos Neder abriram processo investigativo nesta Casa. Esse processo consta dos nossos anais. Muitas demissões têm sido realizadas nas unidades de saúde diminuindo consideravelmente a qualidade de atendimento à população.

Independentemente desta audiência pública formulei um requerimento de explicações dirigido ao Sr. Secretário de Saúde para que fale sobre o tema. Ainda aguardando resposta.

Há um PL também que propusemos, Sr. Presidente, de nº 238/2016, que para evitar essas coisas exige que organizações sociais como essa, sejam obrigadas a fornecer

logo após sua contratação, sob qual modalidade for, uma certidão negativa de débitos com o Município.

Diante desse preâmbulo, tenho aqui uma série de perguntas que gostaria de fazer aos nossos convidados assim que o senhor abrir a palavra para que possamos fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – A informação que temos é de que o IABAS substitui, na região Norte de São Paulo, a Santa Casa de Misericórdia num contrato com menos médicos, se não me engano, menos servidores e de valor semelhante. Valor mais baixo, mas com muito menos gente.

Enfim, o que vemos e constatamos é que o serviço não está a contento. Isso é o mais importante, mas não é uma exclusividade da região Norte. A Prefeitura democratizou a incompetência na Saúde por toda a Cidade.

Quero pedir ao primeiro depoente, Sr. Luciano Artioli Moreira, Vice-Presidente do Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde, IABAS, o senhor quer fazer uma apresentação ou prefere responder diretamente às perguntas?

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do nobre Vereador Andrea Matarazzo, obviamente também o nobre Vereador Mario Covas Neto e todos os presentes.

Dizer que neste preâmbulo, da mesma forma agradeço o requerimento formulado pelos senhores. É uma excelente oportunidade, efetivamente, para que o IABAS possa esclarecer diversos dos pontos ditos e severamente inverídicos atribuídos à organização e que foram amplamente divulgados pela mídia causando temores nas regiões, na população, o que lamentamos muito. E criou algumas dificuldades adicionais para que pudéssemos superar como estamos superando ao longo desse tempo.

De qualquer forma vamos atender a todas as questões apresentadas, sejam aqui ou fornecendo documentos nesse ato ou posteriormente, mas jamais deixaremos de esclarecer

qualquer das questões apresentadas. E mesmo com relação aos pontos apresentados até o momento, um deles sobre uma suposta dívida que jamais existiu. O IABAS é detentor de certidão negativa de débitos com a Prefeitura. Jamais deveu um único real à Prefeitura de São Paulo. Houve uma pendência administrativa e não houve a oportunidade de falarmos isso antes. Estamos tendo essa oportunidade hoje graças a esse excelente trabalho da Comissão e essa iniciativa dos nobres Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Tem a palavra o Vereador Mario Covas Neto.

O SR. MARIO COVAS NETO – Tenho aqui algumas perguntas para o senhor. Muito obrigado por ter vindo, esses esclarecimentos são importantes porque nem sempre o que se divulga é real. Então é importante que se apurem os fatos e esse é o objetivo dessa audiência.

Bom, os senhores então não têm dívida com o Município?

O SR. ALBANO FORGHIERI - Não temos nem tivemos.

O SR. MARIO COVAS NETO – - Então essa dívida de 500 mil reais, o senhor sabe qual é a origem?

O SR. ALBANO FORGHIERI - Claro, sem dúvida. Permita-me fazer um breve preâmbulo para obviamente remetermos à origem desse fato.

Em primeiro lugar, eu sou cirurgião dentista com longa trajetória profissional, acadêmica e institucional. Acadêmica porque tenho perto de 30 anos de docência, graduação e outros tantos na pós-graduação, num caminho que a gente trilhou com especializações, mestrado e doutorado inclusive, sendo que doutorado na área médica pela Faculdade de Medicina da Unicamp. Em paralelo com a vida acadêmica nós participamos ativamente da Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas e da Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas. nossa entidade representativa de classe em âmbito nacional.

Anos atrás foi mote de atuação nas nossas diretorias, conselhos etc. a intenção de

propugnar por uma maior abrangência na assistência odontológica à população em geral, porque os serviços públicos de atenção odontológica – não que hoje estejam cem por cento a contento – eram muito precários. Aqui em São Paulo, eu que sou paulista, paulistano, nasci e sempre morei na cidade de São Paulo, sempre vi a dificuldade que quem não tinha recursos para pagar tinha para curar uma simples dor de dente; e vi a realidade dos agravos de pequenas cáries que poderiam ser tratadas evoluírem para tratamentos de canal que não eram feitos, depois a tratamentos cirúrgicos que levavam inclusive à perda de dentes, à mutilação.

Dentro desse cenário e com essa atuação na odontologia nas entidades de classe, e com apoio oficial dessas entidades de classe, nasceu o IABAS, suportado e implantado com apoio das Associações Paulista e Brasileira de Cirurgiões Dentistas. Naquela oportunidade, sob gestão do Prefeito Gilberto Kassab, houve um chamamento público para um modelo assistência odontológico, que era o da AMA Sorriso, e que o IABAS, obviamente um instituto àquela oportunidade cem por cento odontológico, apresentou sua proposta de trabalho e foi vencedor daquele chamamento público.

O contrato foi firmado e no contrato há compromissos bilaterais, obviamente, e o IABAS se pôs a cumpri-los, desde o primeiro momento da assinatura, integralmente. Esse contrato firmado à época apresentava um prazo relativamente curto para implantação das quatro primeiras unidades de AMA Sorriso, de um total de 50. Um primeiro valor foi repassado pelo Município de São Paulo para que justamente o IABAS cumprisse a sua parte contratual na implantação daquelas quatro primeiras unidades. E nas necessárias reuniões com a Secretaria, a mesma determinou onde seriam as quatro unidades de determinou, nessa mesma questão, as características e todas as condições...

O SR. MARIO COVAS NETO - Só um minuto. Anuncio a chegada do Presidente da Comissão, Vereador Quito Formiga, que tarda mas não falha.

O SR. ALBANO FORGHIERI - Bom dia.

Então, dando sequência a esse preâmbulo que vejo como fundamental para que se

compreenda o problema passado hoje trazido à tona, de forma incorreta. O IABAS então se pôs, naquela oportunidade, conforme pactuado com o Município de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Saúde, a fazer o necessário para inaugurar, conforme o cronograma contratual, as quatro primeiras unidades. Assumiu, portanto, responsabilidades contratuais para tal e empenhou esforços para que o cronograma pactuado fosse mantido.

Ocorre que, enquanto nós fazíamos integralmente e de forma absolutamente séria e sem qualquer falha, por menor que fosse, o que havia pactuado no contrato, o IABAS foi surpreendido com uma matéria do jornal *Agora* que acusava o IABAS de ter em seu quadro um ex-secretário adjunto de saúde do Município de São Paulo. De fato, àquela oportunidade, pelo menos nove meses após – as datas corretas a gente pode fornecer posteriormente para a comissão; aliás, eu gostaria de fazê-lo para que tivesse tudo isso de forma sintética, embora isso faça parte de diversos documentos públicos, pelos trâmites que ocorreram até o presente momento - o IABAS...

Desculpem, mas para pegar um ponto interessante: quando o IABAS venceu o chamamento público, a Prefeitura não partiu a implantação das AMAs Sorriso. E ela não partiu porque houve um receio com relação às verbas municipais, porque calhou com aquele período da bolha americana dos imóveis e todos os projetos novos foram contidos temporariamente por preocupação com a sustentabilidade financeira.

Nesse período o Município do Rio de Janeiro aprovou a legislação das OSs, o IABAS de qualificou no Rio de Janeiro, o IABAS convidou para o seu quadro pessoas com excelência em diversas outras áreas da saúde que não a odontológica, mudou o perfil do seu instituto e venceu no Rio de Janeiro um chamamento público para gestão compartilhada de unidades de pronto atendimento 24 horas. Nesse período o projeto de São Paulo estava parado, não havia sido iniciado. Após esse processo do Rio de Janeiro ter sido iniciado, a Prefeitura de São Paulo resolveu dar início à operação da AMA Sorriso e nos chamou para firmar o contrato, aí sim voltando àquela questão do cronograma.

Ocorre que a pessoa mencionada na matéria do jornal *Agora* havia sido secretário adjunto do Município de São Paulo, havia sido exonerado antes da publicação do chamamento público; ele não integrava o Instituto na época do chamamento, ele passou a integrar acho que uns nove meses após, então ele não era nem do quadro municipal, tampouco do IABAS na oportunidade em que aquilo aconteceu em São Paulo. Por conta dessa simples matéria jornalística facilmente explicável, no meu julgamento, porque não havia qualquer tipo de correlação que pudesse trazer qualquer prejuízo, fosse legal ou tampouco moral, os dois estavam plenamente satisfeitos, como demonstrado nessa síntese que procurei fazer agora, a despeito disso, a Secretaria Municipal de Saúde resolveu, imotivadamente, suspender o contrato de gestão que havia começado há três, quatro semanas, talvez um pouco mais. Ela resolveu suspender o contrato de gestão.

Aí começou uma questão um pouco nebulosa. O que é a suspensão de um contrato? Paramos tudo – primeira coisa -, não assumimos novos compromissos pelo IABAS. O contrato está suspenso, então a partir desse momento nenhum novo compromisso será assumido. Primeiro ponto cabível. E que outros compromissos já assumidos a gente pode postergar ou cancelar, para que sejam retomados na oportunidade em que esta suspensão seja suspensa? – perdoem o jogo de palavras. Aí fizemos a mesma coisa à época.

Algumas operações tiveram que ser mantidas por força inclusive das obrigações de um contrato que continuava vigendo, embora suspenso, uma vez que ele não havia sido rescindido. Isso tudo que estou falando é fartamente documentado e a Secretaria... Tanto que, no momento da suspensão, nós ainda nos posicionamos. Quanto tempo isso ficará suspenso? Será uma suspensão de uma semana, de um mês, de seis meses? A Secretaria vai tomar alguma atitude administrativa para esclarecer o que a imprensa fez? Alguma sindicância interna, ou não? que medidas serão tomadas.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Não fizeram nada até hoje?

R – Eu vou chegar nisso. Mas, dentro dessa dúvida que teve na época, por alguns

dias, nós não entregamos a prestação de contas ao Município, do dinheiro que estava em nosso poder. E recebemos um ofício da Secretaria dizendo: “olha, o contrato está suspenso, não cancelado, e a prestação de contas deve ser fornecida mensalmente”. Nós, obviamente, pegamos os extratos bancários e apresentamos, à oportunidade, ao núcleo técnico de contratação de serviço de saúde. Prestamos as contas mensalmente, como prevê a legislação, durante os diversos meses em que o contrato ficou suspenso. Ora, pois, quem presta contas? A instituição. Mas quem faz esse processo? Um serviço de contabilidade, o qual estava previsto no contrato, com valor designado, e, por valor designado naquele contrato, para aquele serviço, que o contrato nos obrigava manter, mesmo suspenso, obviamente, nós prestamos conta, assumimos dívida e fizemos pagamento ao contador durante o período de suspensão contratual. Esse é um exemplo, de cinco ou seis itens que podemos detalhar sem o menor problema, mas estou dando um exemplo factível, num dado momento, sem que a Prefeitura tenha feito qualquer ato administrativo para apurar se aquela denúncia jornalística tinha alguma implicação no processo ou não, a Prefeitura resolveu fazer o que nós julgamos ser um ato irregular de destrato unilateral do contrato, após vários meses de suspensão.

Quando a Prefeitura se pôs a fazer o destrato unilateral, nós, acreditando que aquilo não poderia ser feito, uma vez que a legislação era clara em motivar o destrato unilateral por itens cabalmente explícitos, e nenhum daqueles havia sido desrespeitado pelo IABAS, nós procuramos a Justiça e solicitamos um mandado de segurança visando o cumprimento do contrato pela parte do Município. A liminar foi negada, e o mérito só foi julgado o ano passado, no final do ano passado, dando razão ao destrato unilateral por um motivo, que foi o alegado pela Prefeitura, pela Secretaria, que foi a alteração do interesse público. Essa foi a razão alegada pelo Município: o interesse público mudou, e aí não quisemos dar sequência. Na data em que fomos comunicados do destrato unilateral, nós devolvemos os recursos que estavam em conta do IABAS aos cofres públicos municipais e apresentamos a prestação de contas final, que tinha itens de gastos no tempo da suspensão, como esse que eu illustrei do contador.

Ocorre que para a nossa surpresa, estranhamento e até revolta, sob o ponto de vista de cidadania, o Município, na figura da Secretaria de Saúde, quis que devolvêssemos as despesas que nós tivemos durante o período de suspensão contratual, despesas essas que, volto a frisar, foram adquiridas na plena vigência do período contratual, 100% em acordo e respeito ao que o contrato previa e que eram necessárias a manter aquele perfil mínimo de atividades durante a vigência contratual.

Pois bem, quando a Prefeitura nos pediu para devolver os recursos licitamente gastos, nós entramos com recursos administrativos, obviamente. Esses recursos administrativos foram sendo sistematicamente indeferidos, com argumentações que não apresentam a menor consistência, e que depois motivaram o recurso ao Prefeito, que à época já era o Prefeito Fernando Haddad. Houve um despacho do Sr. Presidente...

Eu sou dentista, como me apresentei. É que antes da sua chegada, bem justificada pelas questões de trânsito, eu tive a oportunidade de agradecer a esta Casa, aos Vereadores e, agora, na sua pessoa pela presidência da Comissão a oportunidade de esclarecer diversos pontos inverídicos, amplamente noticiados pela mídia, que já foram objetos dos microfones desta Casa de pronunciamentos e que nunca tivemos a oportunidade de expor aqui, olhando nos olhos de quem nos quiser interpelar por eles, a verdade dos fatos sob a nossa ótica mais disposta a documentar cada palavra do que a gente propõe aqui.

Portanto, meu sincero agradecimento por esta oportunidade num papel absolutamente perfeito desta Comissão e desta Casa para esclarecer esses fatos em que nós nos sentimos vítimas, efetivamente, de uma distorção de pontos que nunca houve interesse de serem aclarados, como estamos fazendo até o momento, mais do que interesse e oportunidade para tal, até porque há muitos elementos para isso.

Desse recurso ao Prefeito, restou um despacho do Prefeito – peço perdão pela imprecisão, pois sou dentista e não advogado – determinando à Secretaria Municipal de Saúde que recomeçasse a análise daquele processo em que ela nos solicitava a devolução de um

dinheiro que nós comprovávamos ser gastos na vigência contratual, embora suspenso para aquelas funções que não poderiam deixar de ser efetuadas. Nesse ponto, a Prefeitura, estranhamente, determinou que os recursos deviam ser devolvidos. Os termos não são esses, estou sendo impreciso, mas quero ser didático nesse ponto. E a documentação será fornecida aos senhores para que analisem nos termos corretos.

Esse recomeço de análise teve um rito quase que sumário. Em curto período, tivemos uma conclusão do processo administrativo com a decisão final do Município de que nós deveríamos devolver mesmo os recursos gastos durante o período contratual que, corrigidos, versavam o valor que a mídia noticiou. Não me lembro do valor exato agora, mas acho que eram setecentos e poucos mil reais, com valores trazidos à atualidade.

Quando ocorreu esse fim dos recursos administrativos, uma decisão que o IABAS optou por tomar, já que estavam pedindo que ele devolvesse os recursos que foi obrigado a gastar para cumprir o contrato. Isso foi comprovado administrativamente, documentado, repetido, mas foram sistematicamente indeferidos os recursos.

O que nos restava fazer? Recorrer a justiça. Pois bem, é sempre uma opção. Porém, anteriormente, já tínhamos recorrido à justiça, pedimos aquele mandado de segurança. Na minha visão de profissional da saúde, eu tinha certeza de que não havia a menor possibilidade de a justiça me negar a comprovação e a verdade daquilo. Mas isso nos foi negado, a fim de uma suposta mudança no interesse público, que nós sabemos que partiu de uma reportagem jornalística que nunca foi investigada para saber se havia alguma interferência, ou ilegalidade, e afirmo que não havia. Então, isso acabou fazendo com que nós carregássemos a imagem de que não tínhamos cumprido um contrato, embora nós tenhamos cumprido integralmente a parte que nos coube, até a suspensão contratual. E o que nós não cumprimos do contrato foi porque a suspensão contratual nos impediu que fosse cumprido.

O dinheiro que foi gasto foi destinado ao que previa o contrato na época da sua vigência. O que a justiça alegou, do contrato firmado e não cumprido, que recebeu e não

executou; e o que não executamos me dói muito mais do que a grande maioria das pessoas que souberam desse processo; pois, como dentista, representante do nosso segmento, como defensor da saúde integral que sempre fui, que sempre me dediquei horas a fio, sem visar lucro, retorno financeiro, etc. Na minha época de acadêmico, eu já trabalhava voluntariamente na Igreja Cristo Rei, no Tatuapé, ajudando no serviço odontológico. Quando me formei, montei um consultório numa outra igreja, a Santa Rita de Cássia, com o dinheiro do meu pai, e a gente prestava serviço à população carente da região, durante anos.

Na APCD, ninguém trabalha remunerado, e trabalhamos há décadas em prol disso. E quando vimos a possibilidade de implantar as AMAs Sorriso, que era uma forma de levar o atendimento odontológico a uma população que não o tinha, quando firmamos aquele contrato; quando começamos a trabalhar para que aquilo chegasse ao seu objeto, que era atender a população; quando aquilo nos foi tolhido por uma matéria jornalística que não tinha a menor procedência legal e tampouco moral, a frustração e a revolta que nos tomou foi intensa. Até hoje. Desculpem pela forma que estou falando, mas é que carrego isso. E não tive a oportunidade de esclarecer isso, até hoje.

Ao fim disso, o serviço não foi prestado, mas não por causa do IABAS. Em momento algum. O serviço não foi prestado porque o Município não nos deixou; com a justificativa posta e registrada processualmente, o Município nos tolheu, e tolheu a própria população com a justificativa de uma suposta alteração no interesse público, e milhares de pessoas perderam a possibilidade de receber essa assistência.

E agora, recentemente, trouxeram essa pendência administrativa, em nível de recurso, na Secretaria da Saúde, como dívida. A suposta dívida que nós teríamos era a discussão administrativa sobre o contador que nós pagamos, ao longo da vigência contratual na figura da suspensão; sobre longarinas que nós compramos na vigência contratual.

Apenas ilustrando, nós compramos as longarinas que estavam previstas no contrato para a unidade x, no dia 14. Dia 15, vem a figura da suspensão contratual, mas a

compra já havia sido feita. Chega o boleto, chegam as longarinas. Pagamos o boleto das longarinas; fomos entregar as longarinas, mas elas não foram recebidas na unidade, porque a Prefeitura não podia receber, então as longarinas ficaram no depósito da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, por anos; até que a Prefeitura foi retirar as longarinas na APCD, cujo presidente está presente e é testemunha desse caso, pode me corrigir se eu falhar na memória.

Nós assinamos um Termo de Doação dessas longarinas ao Município, que está anexado aos autos do processo. E hoje estamos sendo tratados como devedores do dinheiro dessas longarinas, que estão de posse do Município, sendo utilizadas por ele, com um termo de doação feito pelo IABAS. Essa é a suposta dívida de que acusam o IABAS.

Como, infelizmente, não obtivemos sucesso nessas explicações, documentadas, juntadas aos autos, aos processos, e dadas em todas as instâncias que nós tivemos oportunidade de nos manifestar, como estou fazendo hoje; o IABAS tomou uma decisão administrativa penosa: de própria iniciativa, vamos nos dispor a devolver esse dinheiro licitamente gasto durante esse período, para que a nossa imagem não seja mais maculada como vem sendo. O Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde é conduzido e dirigido por pessoas como eu, que têm uma história positiva, lícita, que não têm em nada de se envergonhar; e o que nos envergonha são notícias falsas como essa, que afetam a nossa honra e a nossa imagem.

Por esse motivo, tomamos a decisão de, com recursos institucionais adquiridos de atividades outras, privadas – o IABAS é sem fins lucrativos – devolver esses recursos licitamente gastos, que jamais chegaram a ser dívida, porque jamais o IABAS foi condenado a qualquer coisa, a não ser pelos processos administrativos no âmbito da Secretaria Municipal. Então nós procuramos a Secretaria com uma proposta de devolver o dinheiro do contador e o dinheiro das longarinas, para que não nos tratem mais como devedores de algo, que não somos. Fizemos uma proposta de parcelamento, que estamos cumprindo rigorosamente.

Jamais o IABAS foi devedor do Município.

Obrigado.

O SR. MARIO COVAS NETO – Então, resumidamente, o que o senhor está dizendo é que a dívida existe, apesar de todos os argumentos que o senhor está usando, e compreendo bem a sua indignação. Mas, o que aconteceu é que, seja administrativamente ou judicialmente, não houve por parte dos dois órgãos, a Prefeitura e o Judiciário, um entendimento de que a razão estava com o IABAS; portanto, os senhores tiveram de fazer o reconhecimento de algo que era injusto, ou ficariam inviabilizados de participar de outros certamos licitatórios, etc.

Está claro o seu argumento de que existe uma pendência, justa ou injusta, que está sendo paga, parceladamente.

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – É isso. Mas quero fazer uma observação bem rápida: a meu julgamento, não jurídico, é que dívida é quando você recebe uma cobrança, quando ela é executada; e isso jamais chegou a acontecer.

O SR. MARIO COVAS NETO – Sim. Mas, de qualquer forma, ela chegaria, em algum momento. Se o Município não tomou essa providência, pode ser até por...

O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga) – Sr. Presidente, pelo que entendi, ele se refere a uma alegação de dívida. A dívida não existe. Essa é a forma que compreendi.

O SR. MARIO COVAS NETO – Perfeitamente, só que há uma pendência que, aos olhos da Administração Pública, precisa ser sanada. Se ela não foi sanada em cima de uma cobrança, ou seja, se não foi sanada por uma cobrança judicial foi por uma cobrança administrativa.

Em que houver recursos, enfim, entendimentos e argumentos usados que, infelizmente, para o IABAS não foi contemplado, poderia ser e teria sido resolvido a pendência. Mas da forma que aconteceu, no final das contas, restou um acerto a ser feito e que não final o IABAS entendeu que, bom, para nós interessa, para nossa reputação, para nossa

sobrevivência, enfim, seja lá pelo que for, interessa resolver esta pendência, se não financeira, uma pendência administrativa.

E o senhor disse, então, que está sendo paga?

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – Exato.

O SR. MARIO COVAS NETO – Quando que foi feito essa combinação, esse parcelamento? A partir de quando?

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – Eu lhe passo os documentos.

O SR. MARIO COVAS NETO – Mais ou menos, não precisa ser preciso. Foi esse ano? Foi no ano passado? Há dois anos?

O SR. ERNANE RAMALHO GOMES – Eu posso fazer uso da palavra em nome da Prefeitura? Nesse tema pontualmente?

O SR. MARIO COVAS NETO – Pode, claro.

O SR. ERNANE RAMALHO GOMES - Depois eu posso me estender um pouco sobre a questão?

O SR. MARIO COVAS NETO – O senhor terá oportunidade de falar.

O SR. ERNANE RAMALHO GOMES – Mas eu tenho a resposta para a pergunta do senhor, que ele se compromete a fornecer depois. Foi ajustado no dia 10 de março de 2016.

O SR. MARIO COVAS NETO – Este ano?

O SR. ERNANE RAMALHO GOMES – Sim. Obrigado, Vereador.

O SR. MARIO COVAS NETO – O seu contrato foi firmado posteriormente a isso? Esse novo contrato.

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – Veja, um ponto que eu acho que é fundamental, talvez, pelo que entendi do seu raciocínio. Em momento algum, sob o ponto de vista legal, o IABAS ficou devedor, nenhum dia, nenhum minuto. Em momento algum o IABAS, legalmente, deixou de cumprir qualquer requerimento legal que pudesse firmar ou executar recursos...

O SR. MARIO COVAS NETO – Senhor, eu quero que o senhor entenda o seguinte, a nossa função é de fiscalização do Poder Público. Eu estou mais preocupado com a atitude que o Poder Público tomou do que propriamente a atitude do IABAS. Entenda que eu quero saber o seguinte: por que o Poder Público, com uma desavença contratual com fornecedor, ele contrata esse fornecedor para prestar um determinado serviço. Essa é minha ótica. Não vai aí um juízo de valor a respeito do IABAS. Tem que entender quais foram as circunstâncias que aconteceram. O senhor está dando uma explicação, estou compreendendo sua explicação. A explicação é que houve de fato uma desavença, seja lá pelo motivo que for, o senhor deixou muito claro que houve um rompimento unilateral por parte da Prefeitura, duas vezes a suspensão e depois o rompimento, compreendo isso, gerou um prejuízo para o IABAS, seja um prejuízo moral, seja um prejuízo financeiro. Tudo isso está muito claro. Mas a minha ótica aqui é um outro viés. Ótimo que o senhor tem oportunidade de falar e dar a sua justificativa, mas a gente está tentando entender todo o processo da relação entre a Prefeitura e seus fornecedores de uma maneira mais ampla. Então é importante saber, por exemplo, se começou a pagar em março de 2016, portanto, o senhor certamente, a partir do momento que começa a parcelar o senhor já tem a oportunidade de ter uma certidão negativa de débito, pelo menos a certidão, a certidão que lhe dá o parcelamento como parte... É certidão positiva com efeito negativo, não me lembro bem.

O SR. ERNANE RAMALHO GOMES – Por questão de ordem, novamente, Vereador, se me permite, quando o senhor permite por que o órgão público contratou, claro que eu vou ter oportunidade de falar, mas no caso as certidões, todas elas são exigidas na licitação, na habilitação das entidades e, no caso, o IABAS apresentou todas as certidões, inclusive essa dívida, ou esse recurso que foi acordado e que eles estão pagando ainda não estava inscrito em dívida ativa. Ainda não estava reconhecido como dívida. Então isso não interferiu nas certidões que a própria Prefeitura emitiu para que eles participassem e fossem arbitrados no processo, ok?

O SR. MARIO COVAS NETO - Perfeito. Mas se ele tivesse participado e, em seguida, isso fosse para a dívida ativa, teríamos um problema. Ainda que a providência foi tomada no momento em que ele forneceu a certidão, porque me parece que um mês antes da contratação deve ter sido a mesma época que ele tinha de apresentar os documentos.

O SR. ERNANE RAMALHO GOMES – Se o senhor me permite, a habilitação foi bem anterior. O processo de habilitação se deu antes porque tinha disputa nesse processo. Eram 4 entidades disputando. E eles foram habilitados ainda quando estava em curso essa discussão dessa dívida.

Então o fato deles terem negociado no dia 10 de março de 2016 não interferiu em absolutamente nada a habilitação. Poderia, sim, interferir, talvez aí seja a resposta objetiva que o nobre Vereador deseja, poderia ter interferido sim na assinatura do contrato.

P - Sim, poderia ter acontecido...

R - Se ele estive na dívida ativa.

P - Ou na execução do contrato que restaria uma outra pendência, de novo ia ser suspenso, enfim.

R - Perfeito.

P - Responsavelmente, ainda bem que se fez uma opção naquele momento. Entendo.

Acho que o senhor já respondeu aqui, mas de toda forma, porque a sede do IABAS fica na Associação dos Cirurgiões, na sua origem. É isso?

O SR. _____ - É, nós temos mais de um endereço hoje.

O SR. MARIO COVAS NETO - Ah é?

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – Sim. O endereço que, hoje, é responsável pela gestão dos contratos municipais está em outro local. Mas o IABAS manteve e mantém vínculos com a Associação, está tudo na origem mesmo.

Começou na Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, em Santana, na praça

Campos de Bagatelli; depois foi para a Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, na regional Vila Mariana, onde ainda tem um escritório administrativo que cuida de alguns outros contratos de gestões privadas do IABAS, mas sem relação no endereço da Vila Mariana com o contrato do Município de São Paulo.

P - Há notícias de que houve problemas no IABAS na administração lá no Rio de Janeiro, no serviço médico do Rio de Janeiro? Isso procede?

R – Depende. Problemas graves não. Existem denúncias como essa do jornal *Agora*. Existem diversas, como se diz, prestações de contas e esclarecimentos todo o tempo. O IABAS é uma organização social muito grande, responsável por inúmeros serviços, por uma área de cobertura populacional no Saúde da Família enorme, territorialmente compreende quase 50%, vamos dizer assim, do Município do Rio de Janeiro.

Temos perto de... é que está aumentando o número de 80 a cem clínicas da Família no Rio de Janeiro, no município que tem 160, para se ter uma noção da grandeza disso. E, obviamente, nós, enquanto responsável por contratos de tamanha complexidade e abrangência, somos rotineiramente motivados a prestar contas para todas as instâncias competentes que vão desde a própria Prefeitura e população, a tribunais de contas, Ministério Público etc.

O IABAS, até hoje, não tem sequer uma única condenação nas esferas de Tribunal de Contas do Município ou Ministério Público.

P – Mas há algum processo judicial ocorrendo ou algum processo no Tribunal de Contas, ou no Ministério Público?

R – Ah, sim.

P – De que ordem? Qual é a alegação?

R – São questões administrativas que respondemos e, administrativamente, estão sendo conduzidos há anos. Não tenho detalhes desses processos, obviamente, aqui, para colocá-los, mas não há, no Rio de Janeiro, nenhum elemento grande ou palpável, ou

circunstancial que motive preocupação em terras paulistas ou cariocas.

P – O senhor poderia, assim como se dispôs a enviar os outros documentos, enviar documentos a respeito do Rio de Janeiro, ou, pelo menos um resumo do que vem ocorrendo lá.

R – Claro, sem dúvida. Até porque a nossa visão sempre foi de transparência, e é. E essa transparência não tem um limite estadual. É ação institucional. Então, não há o menor problema, muito pelo contrário.

P – Perfeito. Uma pergunta em relação à atuação agora nos postos de saúde. Porque estão demitindo profissionais dos postos de saúde onde vocês assumem?

R – Responderei resumidamente e, depois, desceremos aos níveis de detalhes. Em primeiro lugar, o IABAS sub-rogou, ou seja, não demitiu, e assumiu os funcionários das OSs que estavam nos territórios em que o IABAS firmou contrato, na grandeza em torno de 80% dos funcionários da zona Norte de São Paulo. Então, de cada 10 prestadores de serviço, que atuavam nessas unidades e que atendiam ao contrato do IABAS, firmado com a Secretaria, 8 continuam em seus postos, com os mesmos salários, obviamente. Isso porque o sub-rogo não permite que se reduza salário, que se modifique a característica de trabalho daquele funcionário sub-rogado. Oitenta por cento é um número bastante alto.

Quais não foram sub-rogados? Os que não atendiam aos critérios pactuados com a Secretaria, que ilustrativamente compreendiam funcionários que prestavam serviço para aquelas organizações sociais em tempo anterior aos contratos firmados com o Município. Sob a minha ótica, isso é absolutamente correto, porque o Município é responsável pela verba desse funcionário, inclusive pela verba rescisória, ao longo do período contratual. Então, o Município não poderia assumir um sub-rogo de um funcionário, por exemplo, na Santa Casa da zona Norte, que trabalhasse na Santa Casa antes da gestão municipal, que poderia recorrer, no âmbito trabalhista, a outras pessoas jurídicas, a outras instâncias.

P – Desculpe-me. Eu me perdi no seu raciocínio.

R – Ok, vamos lá. Um exemplo: o colaborador João era funcionário da Santa Casa, instituição da organização social responsável por grande parte das unidades da zona Norte. O João era funcionário da Santa Casa há 15 anos. A Santa Casa firmou contrato com o Município, supostamente, há sete anos. O dia em que a Santa Casa fosse demitir esse

funcionário, ela teria, obviamente, que arcar pelos 15 anos de trabalho. Entretanto, desses 15, sete foram prestados por objeto contratual. Sob o ponto de vista legal, ficaria complicado, tanto para o IABAS como sucessor, como para o Município, discutir aquele prazo anterior aos contratos daquele João com o Município. Então, essa pessoa não poderia ser sub-rogada. Então, essa fica com a instituição, que não, necessariamente, a demitiria. Se a instituição tivesse outros postos de trabalho em que aquele funcionário possa ser contemplado, ele seria conduzido a esse posto de trabalho. Se a instituição não tivesse, aí, sim, obviamente estaria mais próximo da figura da demissão. Só que essa figura não é do IABAS. O IABAS estava assumindo a partir daquele momento. Ele não demitiu ninguém. O IABAS não demitiu funcionários que estavam nas unidades. Podemos, e aí, sim, a sua próxima pergunta nesse raciocínio pode ser, porque não sub-rogamos, o que pode levar à demissão do funcionário. Aí, sim, é nesse viés que estou dizendo. Há critérios estabelecidos pela Prefeitura, como esse que eu illustrei, e que passam, também, por avaliações individuais da coordenação e das supervisões, que têm a interface do setor público com aquela pessoa, e que municiam necessariamente, pela parte da interface municipal, que esse João é um ótimo funcionário. Gostaríamos muito que ele fosse sub-rogado, porque ele executa o trabalho de forma a receber elogios. Mas ele tem aquele impedimento e é uma pena ele não poder ser sub-rogado.

Outro exemplo. A Maria pode ser sub-rogada, e a coordenação e as supervisões municipais dizem que ela é uma funcionária excelente. Ok, ela pode ser sub-rogada e o IABAS está feliz em sub-rogar um funcionário que está sendo extremamente bem avaliado.

Se, pelo lado do Município, a Maria não responde a contento, temos inúmeras queixas, não é desejo da Secretaria que ela seja sub-rogada por seu desempenho profissional, que não está satisfatório para a finalidade maior da qualidade do serviço público. Ok, o IABAS respeita essa decisão.

Então, em primeiro lugar, o IABAS não demitiu. O IABAS sub-rogou, contratou e continua contratando de forma a atender o que está previsto em nosso contrato, pactuado formalmente com a Secretaria.

P – Ok. Há uma pergunta aqui, complicada, mas, enfim, eu preciso fazer. Uma empresa que tem um litígio com o Poder Público, justo ou injusto, não importa, mas tem um litígio. Tem uma contratação de muitos milhões de reais. Como que essa empresa chegou a conseguir um contrato, que não foi por licitação, foi por chamamento público? Existe alguma intermediação desse contrato? Alguém intermediou esse contrato? Como foi que os senhores

conseguiram esse contrato?

R – Apresentando uma proposta que atendeu plenamente a tudo que era previsto na legislação, feita com esmero por nossa equipe técnica, e vencendo dentro do que os critérios legais colocam. E a nossa equipe achou que era possível fazer o que nós nos comprometemos a fazer e estamos fazendo, há poucos meses, é claro, mas que estamos fazendo dentro das condições pactuadas. Essas condições pactuadas foram, no julgamento do Município, e pelos critérios postos, as mais vantajosas para a Cidade de São Paulo.

Então, só resumindo, como foi que vencemos. Em primeiro lugar, porque atendemos a 100% do que é legal e fomos, dentro disso, competentes o suficiente para fazermos a melhor proposta para o Município. E somos confiantes de que a executaremos com o esmero necessário ao benefício da própria população, que é o principal, e, obviamente, para a nossa satisfação, de realizar o bem comum mesmo, sem maiores entraves.

P – Então, não houve mediação nem intermediário?

R – Não.

P – Enfim, com todo o respeito, e não estou colocando, aqui, em dúvida a capacidade profissional, nem gerencial de vocês, mas é um tanto estranho que uma relação conflituosa durante algum tempo, acabe resultando em uma contratação por um valor ainda muito maior. Mas isso, acho que a Prefeitura tenha mais a responder do que propriamente o IABAS.

Acho que o senhor já respondeu, mas farei a pergunta novamente. Em seu quadro social, exposto no *site* da Receita Federal, há uma pessoa, que é funcionária da Prefeitura de São Paulo. É isso? Procede?

R – Não sei a atualização desse *site* da Receita, como está. Mas, eu digo isso, até, porque na última vez em que vi isso, como Vice-Presidente, eu dava o meu CNPJ como responsável e não o do Presidente. Então, não vou saber colocar temporalmente. Mas posso afirmar, aqui, que não há nenhum funcionário público municipal integrando o quadro de direção do IABAS, e não há nenhum funcionário público ligado a conselho ou diretoria em áreas onde o IABAS atua.

P – Denise Cavalieri.

R – Foi Presidente de nosso Conselho, inclusive.

P – É funcionária da Prefeitura.

R – É funcionária, Dentista, membro da APCD, em uma clínica do próprio

Município, não ligado a terceiros, no outro extremo da Cidade, na zona Sul, sem ligação com as unidades ou serviços pactuados com o IABAS. E a Denise não é mais nem membro de nosso Conselho, como já foi, e tampouco da Diretoria.

P – O senhor não vê conflito nisso, né.

R – Ela não é da nossa Diretoria, não é mais do nosso Conselho. O IABAS não atua nem na Unidade, tampouco em serviços onde essa funcionária pública tenha ligação. A origem dela vem, como a de tantos outros, da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, que tem convênios com a Prefeitura, ou teve e manteve, e há inúmeros funcionários públicos que fazem parte da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, também com cargos de direção. Não há conflitos. Inclusive, os dois exemplos que eu estou dando são de entidades sem fins lucrativos e que não atingem ou comprometem qualquer quesito legal. E somos muito atentos a isso, procuramos ser. Ao menor sinal de qualquer coisa que possa levar à dúvida, preferimos esclarecer que carregar uma suposta ingerência.

Não há.

P – Obrigado. Em relação ao IABAS, já fiz todas as perguntas. Teria algumas questões para falar a respeito da Prefeitura, pelo menos 3 questões.

O SR. PRESIDENTE (Quito Formiga) – Neste momento, aproveito a oportunidade para passar a presidência dos trabalhos para o nobre Vereador Mario Covas Neto.

- Assume a presidência o Sr. Mario Covas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Gostaria de passar a palavra ao Sr. Francisco Ernani, Assessor do Núcleo Técnico de Contratos de Serviços de Saúde.

O SR. FRANCISCO ERNANI – Cumprimento todos os presentes.

Peço escusas por minha intervenção pontual, sob pedido de ordem, porque achei que pudesse contribuir com o objetivo desta Comissão, ao esclarecer a data de início desse acordo.

De toda sorte, vamos ao propósito aqui. Agradeço, também, a oportunidade de, mais uma vez, esclarecer os processos de chamamento. Não temos nos furtado de nenhuma das oportunidades. Temos feito alguns esclarecimentos nos conselhos gestores locais.

Farei um breve relato sobre os processos de chamamento. É importante que saibamos que no início de 2013, quando esta gestão assumiu, na Secretaria de Saúde existia um misto de instrumentos contratuais que dificultava sobremaneira o seu controle e a sua fiscalização.

Só para os senhores terem uma ideia, tínhamos 29 contratos de gestão e 48 convênios. Convênios entre aspas, vamos deixar bem claro, porque por convênio pressupõe-se contrapartida e, naqueles casos, não havia contrapartida.

Desses 48 convênios e 29 contratos, estavam operando, dentro do território e do Município, em regiões que havia uma mesma entidade com contrato de gestão e, ao mesmo tempo, com convênio. Existiam também, em Santana e no Centro - e em todas as regiões, mas o foco, aqui, é Santana e Centro, então, vamos nos ater a essas duas regiões – uma diversidade de organizações sociais, ora com convênio, ora com contrato de gestão. E estes são instrumentos legais distintos de gestão de serviços públicos.

Então, diante disso, e os órgãos de controle, em especial, o Tribunal de Contas do município de São Paulo, que nos reportamos. O Ministério Público, a nossa assessoria jurídica, enfim, todo o mundo jurídico já apontava que era, de fato, difícil se fazer um controle com instrumentos diversos na mesma atividade. Então, foi aí tomada uma decisão de consolidar um instrumento, um contrato de gestão. Por orientação jurídica, é um instrumento que nos permite maior controle, até porque cabe ressaltar aqui que os convênios já estavam em vias de vencimento. Seus prazos de vigência eram de cinco anos, dado que alguns convênios foram assinados em 2001, 2002 e 2003 já tinham sido vencidos e, para se evitar um prejuízo maior à assistência, esses convênios foram prorrogados, mas já tinham seu prazo de origem vencido, e alguns contratos de gestão também já tinham vencidos e outros em vias de vencer. Então, foi nesse cenário de instrumentos, de 77 instrumentos que nós fizemos um estudo e definimos então que nós contrataríamos 25 contratos de gestão para as 25 áreas que foram definidas, no caso, Santana, Jaçanã, Tucuruvi, Tremembé, com um contrato de gestão. A Supervisão Técnica de Saúde Centro abarca Sé e República. É outro contrato de gestão. Então, isso foi o cenário que nós encontramos e que nos levou a tomar uma decisão, que nos trouxe bastante trabalho, tanto na montagem dos editais como para fazer a própria licitação. Eu já falo de licitação aqui, porque há uma confusão técnica de que chamamento público não é licitação, mas é. É licitação sim, porque nós seguimos a lei 14.132, que é a lei das OSs, uma lei municipal de 2006. Seguimos o decreto 52.858/2011, um decreto municipal que regulamenta essa referida lei e seguimos subsidiariamente a lei 8666/1993, conhecidíssima lei de licitações e contratos. Após definirmos os objetos e as regras dos novos modelos de contrato de gestão, regras que trazem um controle mais efetivo, que nos permite, por exemplo, a fazer descontos e repasse, se o contratado não atender a um requisito que é novo, que vem com esses novos

contratos, há o requisito de equipe mínima, porque antes os contratos anteriores só exigiam produção. Então, para simplificar, imaginem que uma determinada OS cumprisse uma meta em quinze dias. Os outros quinze dias ficavam sem profissionais para atender à população. Então, o que nós exigimos? Nós vamos exigir agora cumprimento de produção sim. Nós vamos definir qual é essa produção, mas também nós vamos exigir que as OSs mantenham lá, na ponta, quadros por profissionais, e nós definimos quais são os quadros, médicos, enfermeiros e por aí vai. Então, nós trouxemos algumas inovações sim, que nos facilitam bastante o controle, não só da gestão, mas como também dos demais órgãos de fiscalização, em especial esta Casa. Isso foi o que nós trouxemos de novo nesses contratos.

Como se deu esse processo? Esse processo deu-se por meio de um aviso público no *Diário Oficial da Cidade*, e preocupados em garantir a ampla concorrência, assim quiçá garantir o maior número possível de participantes nesse processo, nós divulgamos esse aviso em jornal de grande circulação, porque sabemos que nem todo mundo tem acesso ao *Diário Oficial*, mas em jornais de grande circulação a gente alcançaria um público maior com certeza. Nós definimos, então, as regras do edital. Portanto, houve sim uma licitação. Prova disso é que só, na região central, nós tivemos quatro concorrentes. Nós tivemos a Associação à Saúde da Família, nós tivemos uma OS chamada Pró-Saúde, nós tivemos a própria IABAS e a Santa Casa de Misericórdia; e os orçamentos, os valores que nós lançamos esses editais tinham um referencial apurado na própria secretaria, no nosso núcleo de contratos de gestão, do qual eu faço parte. Então, nós fizemos uma estimativa de valores, que é um procedimento comum em qualquer licitação. Se for lançada uma licitação ou um chamamento público, é preciso a referência de valor, para se evitarem propostas inexecutáveis ou quiçá propostas exacerbadas. Então, nós não permitimos que ficassem sem nenhuma referência; e o próprio mercado também baliza isso. Para se ter uma ideia, até para a gente entender essa lógica, quando se fala em 120 milhões. Gente, o nosso orçamento era de 129 milhões. A entidade Associação Saúde da Família, que tem diversos instrumentos conosco e logrou êxito em algumas dessas licitações, desses chamamentos, fez uma proposta de 127 milhões, o Instituto IABAS venceu com 121 milhões. Então estamos falando de valores, de orçamentos muito próximos. Não

existe discrepância. Então, veja, partimos de uma referência de 129 milhões, fechamos um contrato de 121 milhões e tínhamos concorrente de 127 milhões. São números muito próximos. Então, de fato, fizemos sim licitação permitimos ampla concorrência. Em todos esses processos, não só do centro e de Santana, tivemos quatro entidades que já não prestavam serviço no município, que foi a Fundação do ABC, o Instituto IABAS, a Pró-Saúde, foram só essas três entidades. Outras entidades não tiveram interesse. E também a disputa entre as entidades que aqui estavam.

Então só fazendo uma síntese do porque que nós fizemos esse chamamento, porque que alteramos o modelo do contrato. Tudo em busca de um melhor controle, melhor fiscalização do dinheiro público e em busca da melhor assistência possível.

Posto isto, durante o processo de chamamento público, os editais que ficaram amplamente disponibilizados no *site* da Prefeitura, com fácil acesso, no próprio aviso de chamamento que nós publicamos no *Diário Oficial* e que nós publicamos em jornal de grande circulação, nós estabelecemos um prazo de 30 dias para qualquer organização social devidamente qualificada no município de São Paulo, porque a Lei 14.132 e o decreto regulamentador assim o exigem, pudesse participar desse chamamento. Foi essa a regra. E nós estabelecemos um prazo de 30 dias para que fossem elaboradas e aplicadas as propostas. Então nós garantimos de fato todas as condições para quem quisesse livremente participar do nosso processo. E o primeiro passo, após vencido o prazo de 30 dias, é a abertura das propostas e a primeira proposta que se abre, na verdade não é a proposta ainda, são os documentos de habilitação jurídica e na documentação de habilitação jurídica, em todos os processos, nós analisamos documento por documento, certidões negativas do INSS, certidão negativa do Fundo de Garantia, essas certidões para garantir obviamente a segurança no tocante à questão trabalhista, certidão negativa trabalhista, certidão negativa do Município de São Paulo, Cadim, tributos mobiliários, tributos imobiliários e o Cadim propriamente dito, e outras certidões que a própria legislação já estabelece. Então exigimos sim essa

documentação e todas as OSs que participaram e foram habilitadas cumpriram essa exigência.

Uma ressalva que faço tanto para o Centro como para Santana, que é o objeto dessa nossa audiência, é a Santa Casa. A Santa Casa lamentavelmente participou dos processos, mas lamentavelmente, porque queríamos mesmo a concorrência, deixou de apresentar certidões. Ela tinha problemas com o INSS, ela tinha problema com a municipalidade, e problemas apontados objetivamente, nada subjetivo, porque nós não escolhemos OS para prestar serviço aqui. Nós assumimos uma postura de selecionar e processo seletivo é diferente de escolha. Escolha eu defino qual eu quero, eu não preciso aqui falar, mas a seleção é pública, livre, participa quem quer e, obviamente, quem atende os quesitos estabelecidos na regra do edital, e foi nessa linha que nós conduzimos 25 processos de chamamentos e foi nessa linha que nós assinamos 23 contratos, que já estão aí em vigência e os contratos da região Norte teve um período de transição, que também está estabelecido no edital, tudo com critérios objetivos, não poderia ser subjetivo, obviamente. Então teve um processo de transição, que foram de três meses, terminou agora em maio em Santana, a partir de junho já está valendo o processo para fins de todas as apurações, todas as regras do contrato. A região Centro ainda está em andamento, não concluímos ainda a transição porque o processo de transição é de três meses. Então essa foi a lógica. E nós sabíamos sim que nós poderíamos ter entidades, organizações sociais que não estavam aqui no município, com ocorreu com a Fundação do ABC, como ocorreu com IASBAS e ocorreu também com a Pró-Saúde, que teve interesse, mas acabou não prosseguindo aqui.

Então essas OSs trouxeram a sua proposta de trabalho e trouxeram o seu plano de trabalho. Foi nesse momento que a Secretaria incentivou e muito aquela questão que foi falada aqui pelo Dr. Luciano, de que fizesse sub-rogo para evitar demissão. Só que para fazer o sub-rogo, ou sucessão trabalhista, com queiram, tem as regras tanto na CLT com na jurisprudência trabalhista e a regra crucial é que não pode ocorrer redução de salário. Então, naquilo que o profissional era compatível, o salário que ele recebia da OS que ele lá estava, por exemplo, da

Santa Casa, ou aqui do Centro, do Sírio, da Associação Saúde da Família, da se a categoria dele, se o salário dele era compatível com o salário do plano de cargos e salários da OS que está assumindo, no caso o IABAS, esse automaticamente sub-rogava, observando-se, isso é muito importante, aquela questão: quando a Prefeitura assinou contrato ou convênio com a OS que aqui está? A Santa Casa, por exemplo, assinou em 2008, 2007. Ok. Então os funcionários contratados por essa OS que onerou o contrato da Prefeitura do Município de São Paulo, o subcontratado, a partir da vigência daquele contrato, seria sub-rogado porque o passivo trabalhista vai ser carregado lá e um dia a Prefeitura, na prestação de contas, que vai arcar com isso numa eventual demissão no futuro. Por outro lado, aqueles que foram contratados anteriormente a 2007, nós tivemos vários casos de profissionais de 1998, quando há anos que a Prefeitura não tinha contrato com a Santa Casa, porque foi em 2007, então veja, nós não poderíamos sub-rogar porque nós teríamos que arcar com um passivo trabalhista de 10 anos que não tinha vínculo nenhum com a Prefeitura. Nestes casos esses profissionais permaneceram na OS, na entidade Santa Casa, ou no Sírio ou qualquer outra. Permanecendo lá nós ainda fizemos um esforço muito grande, nós Secretaria, de conversar com os diretores, representantes dessas OSs e falar; “Vocês têm como alocar esse profissional numa outra entidade de vocês para evitar a demissão?” E assim foi feito com muitos profissionais.

Então veja, o limite, o extremo, é a demissão. A nossa pretensão é a sub-rogação. Não sendo possível sub-rogar a realocação desse profissional na própria OS que lá está. E ocorreram muitos casos de realocação. Essa foi uma lógica que nós assumimos. Se nós tivéssemos a pretensão de garantir, para evitar para qualquer desemprego, a mesma OS que lá está, porque o plano de cargos e salários é o mesmo, nós não teríamos feito seleção pública, porque aí não ia permitir concorrência, mas talvez tivesse feito uma renovação do contrato, um novo contrato sem a seleção pública que aí ferir toda a legislação legal, inclusive a legislação pertinente a OS. Quando nós fizemos a seleção pública nós imaginávamos sim que existia grande possibilidade de uma nova OS assumir qualquer um dos territórios. Essa foi

a lógica.

Em relação ao chamamento, eu fico muito à vontade para falar em qualquer fórum, porque eu participei ativamente desses processos, asseguro que todas as sessões nossas, assim como essa aqui, foram publicadas previamente, disponibilizada no *Diário Oficial*, previamente agendado, com portas abertas, com participação dos licitantes, portanto as organizações sócias, bem como a participação popular, que em alguns casos tivemos bastante.

Para além disso, a própria legislação estabeleceu a criação de uma comissão de avaliação da minuta do contrato de gestão. Essa comissão tem representação dessa Casa, o Vereador Paulo Frange faz parte dessa comissão, tem dois representantes do Conselho Municipal de Saúde, um representando os trabalhadores e um representando os usuários, e três servidores do Executivo, um da pasta da Secretaria de Gestão e outros dois da pasta da Saúde. Essa comissão é totalmente autônoma, independente, não tem nada a ver com as comissões de chamamento da qual eu faço parte, ou comissão de licitação. Essa comissão avalia o processo, ela avalia a minuta do contrato para ver se está a termo, e a gente só faz a licitação ou o chamamento se previamente foi aprovado por essa comissão. Então, em relação à transparência, à lisura e à ampla concorrência, isso está assegurado. Temos processos, em média, com 15 volumes; cada volume de processo contém 300 folhas, portanto, estamos falando de algo de 4.500 – salvo engano – de papéis e de documentos que instrui cada um dos processos, que, obviamente, por ser público está disponível para qualquer consulta.

Isso posto, encerro minha síntese do processo de chamamento assegurando a esta comissão e a qualquer pessoa, membro aqui ou de qualquer lugar, que a lisura e a transparência do processo foram primordiais para que pudéssemos fazer esse trabalho.

Posso parar por aqui e retomar mais à frente, pois ainda tenho algo a falar.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Apenas queria esclarecer que ainda restam oito pessoas que se inscreveram para fazer perguntas, tenho três a fazer e gostaria de

aproveitar esse pouco tempo que nos resta para dar oportunidade a todos que queiram fazer o questionamento.

Peço que as respostas sejam feitas da maneira mais concisa possível. Gostaria de saber se o Sr. Adriano tem interesse em fazer alguma exposição.

O SR. ADRIANO ALBANO FORGHIERI – Boa tarde a todos. Agradeço pelo convite para estar presente, porque acho muito importante essas discussões em que não apenas se tira dúvidas, mas esclarece diversos pontos e coloca-se como um fato real. Fica tudo gravado, é tudo muito anunciado, então são verdadeiros.

A colocação do Dr. Luciano do histórico todo do IABAS é atestado, é verdadeiro. Foi um processo iniciado com planejamento imaginando que seria um benefício muito forte à população. Estávamos querendo fazer uma projeção da odontologia a nível de cidade de São Paulo, como exemplo inclusive a outras regiões. Ela foi o modelo que estávamos organizando e até elogiado em diversos locais onde estivemos presente anunciando, inclusive federativos internacionais. E foi uma pena que não deu certo, foram águas passadas e fizemos outros projetos, inclusive em outros Municípios, não ligados a organizações sociais. Havia um mérito específico criado ali. No Rio de Janeiro deu certo. É natural todas essas discussões.

Por isso agradeço pelo convite a esta nobre Casa e ficamos à disposição para outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Anuncio a presença do Sr. Eurípedes Balsanufu Carvalho, da Assessoria Parlamentar do Sr. Secretário Municipal de Saúde de São Paulo.

Voltando ao Sr. Francisco Ernane. O senhor já respondeu uma pergunta sobre por que é chamamento público e não licitação, em que o senhor considera que os dois são sinônimos. Perfeito. Diga-me, por quanto tempo foi feita essa contratação?

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – Em todos os contratos estabelecemos o prazo de 60 meses ou cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Mas o senhor não vê nenhum tipo de problema o fato de estarmos no término de uma gestão e fazer uma licitação que ultrapassa o limite da próxima gestão, sem considerar quem vai estar na Prefeitura daqui a um ano, não importa, mas o Sr. não acha temeroso que eventualmente a política da Prefeitura pode ser modificada numa gestão futura?

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES - Vereador, eu acho temerário e muito temerário, você fazer um processo dessa grandeza que envolve um custo alto, não só do processo, como das contratações, por um período inferior a cinco anos. Isso sim eu acho temerário. Vamos imaginar, nobre Vereador, se fizéssemos nessa lógica, por 12 meses. Com oito meses de contato, já tinha que me preparar para fazer outro. Então, imagina o custo disso para o Erário.

Então, o que precisa, independente, como V.Exa. bem apontou, se vai passar de uma gestão para outra, ou se vai permanecer numa eventual continuidade dessa gestão. Isso certamente não se passou, não foi avaliado e está totalmente a margem do que nós trabalhamos. Só para concluir: nós trabalhamos sim, Vereador, com a lógica do custo e da segurança do processo.

O SR. MARIO COVAS NETO – Permita-me discordar de V.Exa. e dizer o seguinte: pelo mesmo prazo de cinco anos o senhor poderia fazer um contrato, no início de uma gestão, e na outra poderiam modificar, regular, fazer diferente sem que você interferisse. Agora, vai ter uma gestão daqui a alguns meses, ainda que seja o próprio Prefeito Fernando Haddad, e que o entendimento pode ser de que não seja exatamente dessa forma. Parece arriscado, talvez seja a palavra mais apropriada, você no final de uma gestão fazer uma licitação de qualquer tipo e que ultrapasse, quer dizer, não vai pegar, ou vai pegar muito pouco da gestão que está em curso e vai pegar integralmente a gestão futura. Mas, enfim, essa é uma questão muito mais pessoal do que jurídica.

Eu gostaria de saber por que a Prefeitura não aceitou os argumentos do IABAS

para prestação de contas dela?

R – Eu preciso fazer uma síntese dessa questão. Nós estamos falando, com relação à dívida do IABAS, foi um projeto de 2009. A rescisão contratual se deu em 2009. Portanto, se arrastou por 2010,11,12. A prestação de contas desse contrato que já foi muito bem explanado aqui pelo Dr. Luciano se deu em 2010,11, se não me engano, nessa prestação de contas a equipe técnica da Secretaria Municipal da Saúde aprovou a prestação de contas.

O egrégio Tribunal de Contas do município, por meio de seus técnicos, apontou uma glosa de despesa. O que apontou, lá em 2011 ainda, apontou que algumas notas que foram apresentadas na prestação de contas foram emitidas após a rescisão unilateral desse contrato. Então, o Tribunal de Contas, é que apontou, salvo engano, 540 mil reais de glosa de despesa á época. Diante disso foi dada oportunidade de o instituto IABAS se defender, justificar aquelas notas. Isso foi se arrastando.

Em 2013, chegou-se a uma conclusão técnica-jurídica de que aquele processo que foi determinado, a devolução dos recursos, não garantiu a ampla defesa e o contraditório, termos técnico-jurídicos para o IABAS. Foi então que o Prefeito Fernando Haddad, por meio de um despacho, permitiu que o IABAS apresentasse todos os seus argumentos, garantindo assim ao IABAS a ampla defesa e o contraditório. E, no final, a ampla defesa e o contraditório apresentados não foram suficientes para mudar o juízo de valor da gestão da Administração e, portanto, foi mantida...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Mas, qual foi a razão? Eu quero saber o fundamento.

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – A razão foi o Tribunal de Contas que apontou, prestação de contas com notas fiscais...

P – Sim, mas, Sr. Francisco, o senhor disse que depois que o Tribunal de Contas fez o Prefeito Fernando Haddad abriu oportunidade de fazer a defesa e ainda assim a Prefeitura administrativamente concordou com as razões do Tribunal e não com os argumentos. Eu quero saber por quê.

R – Ótimo. Exatamente para evitar falhas processuais que pudessem levar á

judicialização e a municipalidade de ser condenada no Judiciário por não ter garantido ampla defesa e contraditório. Foi justamente para isso, para evitar uma demanda judicial.

P – Sim, eu entendo, é uma posição do Prefeito quando deu a ampla defesa. Quero saber os argumentos que permaneceram não sendo aceitos os termos que o IABAS alegou, ou seja, de que tinham despesas que eram necessárias serem feitas, independentemente enquanto o contrato estava suspenso e não rescindido. Eu quero saber por que a Prefeitura não aceitou esses argumentos.

R – Porque os documentos fiscais que lastrearam essa justificativa foram emitidos após a rescisão do contrato.

P – Tá, então, ou seja, diferentemente do que o Sr. Luciano afirma que as despesas foram feitas no período que o contrato estava suspenso, a Prefeitura entende ou o Tribunal de Contas entendeu que não, essas despesas foram depois do rompimento do contrato. É isso?

R – É, veja, nobre Vereador, se nós tivéssemos consenso nessa questão, possivelmente não teria ocorrido essa demanda administrativa. Então, obviamente, vem persistir sim um contraponto.

P – Sim, mas eu quero saber qual contraponto? Eu sei uma versão, quero saber a outra versão.

R – Então, eu vou reiterar o que eu falei. Se eu não estou me fazendo claro, vou tentar me fazer mais claro ainda. Os documentos fiscais que justificavam essas despesas gozadas pelo Tribunal de Contas foram emitidos após a rescisão do contrato.

P – Perfeito. Com base nesse argumento, o senhor não acha que é temerário você estabelecer um novo contrato com uma entidade assim?

R – Não acho temerário, porque as regras do edital, como eu falei e falo de novo, são objetivas. Não cabe a mim ou a qualquer servidor público fazer um juízo de valor. Sobretudo, quando é uma questão...

P – Se não cabe, não tinha por que não aceitar os argumentos do IABAS, oras. Juízo de valor? É lógico que tem de fazer juízo de valor. Você tem um contrato, o contrato tem um litígio. O litígio tem as partes, cada um defendendo uma posição. Aí uma parte diz: “Não, prevalece isso que estou falando”. Esta se submete a isso e esta aqui, agora diz que não, que está tudo certo, que não precisa fazer juízo de valor? Como assim? Vocês brigaram por uma determinada posição, essa posição tem de ser explicitada.

Eu não estou conseguindo compreender por que o senhor não quer assumir a posição do seguinte: o IABAS rompeu ou fez uma irregularidade, qualquer que seja; e por essa razão ele teve que ser condenado. Condenado, não, não é um condenado, mas teve de ter a obrigação de devolver um numerário, porque na visão da Prefeitura, ele cometeu uma irregularidade. Essa irregularidade foi de fazer gastos depois que o contrato não existia mais, ao contrário do que o IABAS vinha defendendo.

Muito bem, tá bom, *okay*, entendi, é isso aí, tá? Aí, em seguida, se faz uma licitação, que não é uma licitação, é um chamamento público, apesar de o senhor dizer que é a mesma coisa, por um período de cinco anos, num contrato de mais de cem milhões de reais, com uma entidade que gastou o dinheiro – na visão da própria Prefeitura – fora do período contratual. E eu pergunto se o senhor não acha temerário e o senhor disse que não acha, que não tem de ter juízo de valor? Claro que tem de ter juízo de valor. Tem que se ter responsabilidade, nós estamos tratando de dinheiro público, não estamos tratando do nosso dinheiro. Eu posso tomar esse risco se for meu; agora, o dinheiro não é meu. O dinheiro é da população, o dinheiro é da Prefeitura. A gente tem de tomar esse cuidado.

Olhe, e eu estou aqui, estou fazendo todas essas observações e não estou entrando no mérito da questão. Nem sei se foi feito antes ou depois, não sei quem é que está com a razão. O fato é que me parece, pelo histórico, quando entra o Tribunal de Contas, que mantém; a Justiça negou a liminar e depois no mérito negou também; a Prefeitura manteve todas as suas decisões contrárias. Então, me parece que o argumento que o IABAS veio demonstrando, ele não estava revestido de tanta solidez a ponto de prevalecer, não é? Mas, tudo bem, a questão para mim é: passado esse fato, tem outro fato: foi feita uma contratação por um prazo longo, por 120 milhões, por uma empresa que restou um, ainda que o serviço seja ótimo, maravilhoso, o preço justo, menor do que os outros demais e que, daqui para frente, seja um serviço maravilhoso, que ela faça até o final. Porque eu espero que seja assim, desejo que seja assim. Como munícipe, eu desejo que seja assim.

Mas, não posso deixar, como fiscalizador, de estranhar que a Prefeitura tenha um tratamento com alguém que ela litiga de igualdade em relação a outros que não litiga. É só isso. Essa é uma observação muito mais do que, talvez seja mais um desabafo do que propriamente um questionamento. Mas, me permita dizer, é a minha ótica em relação a isso. Pois não.

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – Só para clarear, duas coisas: primeira, para

não ficar uma confusão, o que nós buscamos na Justiça não entrou no mérito de gastos. A gente só pleiteou que o contrato fosse cumprido. E a Justiça, depois de muito tempo, disse que como mudou o interesse público, não precisaria cumpri-lo. Então, não entrou nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Peço desculpas.

R – Sim, esse é um ponto. E o segundo é que toda confusão residuiu justamente na figura da suspensão contratual, porque como eu afirmei, não foram feitos gastos após o destrato, a rescisão contratual. Foram feitos durante a figura da suspensão contratual e aí começou aquilo, nós entendemos, como os exemplos que eu coloquei, que esses gastos foram omissos. O Tribunal de Contas não concluiu os seus autos. Não há uma sentença do Tribunal de Contas. Há uma manifestação e há, salvo engano, (ininteligível) de interpretação até o presente momento. Então, dentro disso, a figura que se tornou confusa foi a figura assumida pela Secretaria Municipal de Saúde à época de não rescindir e sim suspender e o postergou por meses essa figura, gerando essa nuvem em que tudo, como se diz, tudo se discute hoje.

P – Perfeito, tá bom. O senhor me permite, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – Claro.

P – Eu gostaria, realmente estou preocupado, é uma hora da tarde e há oitop pessoas inscritas, nem sei se terá mais alguém. Mas eu gostaria de já fazer os questionamentos, porque, de repente, o senhor poderá esclarecer na própria resposta. Pode ser assim? Muito obrigado.

A primeira pessoa inscrita é o Sr. Gelson, médico do Posto de Saúde de Santana. Eu pediria somente para que as pessoas, quando falassem, por favor, fossem o mais breve possível no seu questionamento e se identificassem também, porque estamos gravando e isso fica para os nossos Anais. Obrigado.

O SR. GELSON – Boa tarde, Vereador Mario Copvas. Estou inscrito para falar e tem outro médico e outra colega inscritos também para falar.

Como a gente não tem habilidade com a palavra e nós combinamos de falar, porque é um pouquinho longo o que eu tenho para falar. Não que seja longo, vou começar a falar.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Não sei, como os senhores quiserem, Sr. Etevaldo e a Sra. Carla, é isso? Se os três quiserem vir aqui formular perguntas conjuntamente não há problema nenhum.

O SR. GELSON – Eu não quero nem formular pergunta, quero constatar perante

vocês aqui, olhando olho no olho. Então, ingressei no Pronto-Socorro Municipal de Santana dia 24 de janeiro de 1982, à TLT – Tabela de Lotação de Profissional – em 82. Em 82, gente. Éramos em quatro clínicos – eu vou me ater à parte de clínica e cirurgia para não me estender muito – e dois cirurgiões. Em 1982, Vereador Mario Covas, a TLP de Santana era de quatro clínicos e dois cirurgiões, seis. Oitenta e dois, quanto que cresceu a população? Nós estamos lá na beira da Marginal, na beira da Dutra, a gente tem do lado da rodoviária vários parques, o sambódromo, campo de Bagatelli, Primeiro de Maio, campo de Marte, Marcha para Jesus, Sambódromo e tudo isso que o senhor acompanha melhor do que eu. Eu estou me aposentando, eu tenho 33 anos de trabalho e vou averbar um ano de INPS, estou dando entrada no pedido de averbação e aposentadoria. Vim para cá porque não me acostumei de ver as pessoas morrerem perto de mim e eu não poder fazer nada. Então, o nosso pronto-socorro teve uma redução, a partir do momento que a IABAS assumiu, e não estou imputando a culpa na IABAS, não vim aqui para isso.

A coordenadoria da zona Norte passou uma redução de número da TLP nossa, que já era baixa, porque desde 1983 nós atendemos naquele pronto-socorro.

P – O senhor disse que eram seis e continua sendo seis?

R – Não senhor, baixou, ficou quatro durante o dia e três durante à noite. A maioria dos médicos de lá são todos da minha idade e estamos com férias e aposentadoria. A IABAS, o contrato firmado entre a Prefeitura e a IABAS não contempla as minhas férias, as férias dele, a minha aposentadoria. Então, na minha equipe tenho eu que sou efetivo, outro que é efetivo e o outro que é efetivo. Um está de férias, eu vou tirar férias e vai ficar só um médico lá no pronto-socorro. Já fizemos uma denúncia no CRM, no sindicato dos médicos que foi lá e verificou várias irregularidades. O sindicato dos médicos repassou essa denúncia para o Ministério Público e para o Secretário Padilha.

É um aviso, está sendo gravado como foi avisado em 2002, quando estava acabando o PAS, de que registrado tudo como nós estamos registrando, de novo estamos fazendo e espero que não se repita, foi avisado em 2002 que a situação era perigosa, está sendo avisado de novo. Em 18/05/02, faleceu na porta do pronto-socorro municipal de Santana por falta de local de ficar, assistência e teve atendimento médico, não tinha onde ficar

internada. A senhora Fátima Gonçalves, que foi notícia na televisão. Alguém se lembra desse fato? Nós estamos preocupados com a saúde da população, avisando desde já. A IABAS, nunca vi a situação desse jeito. Eu não tenho nada contra a IABAS, não vim aqui para falar nada contra a IABAS, para desrespeitar.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. CARLA - ...do pessoal que não pode ser sub-rogado. Sou advogada dos médicos que foram demitidos e do pessoal que está lá dando uma assistência para eles nesse sentido. Não é a recontração desse pessoal que não foi sub-rogado, mas talvez a contratação de novo pessoal porque a situação deles é de calamidade. Uma médica semana passada foi agredida dentro do pronto-socorro por falta de atendimento porque ela estava sozinha com a população gigantesca para atender e ela não conseguia.

O SR. EDVALDO – Meu nome é Edvaldo, sou diretor clínico do pronto-socorro. Vim como convidado aqui, diferentemente, o que falou o Sr. Luciano é uma vergonha o que está lá. Foram mandados embora 80% e não 20%. E ficaram 20%. Tanto é verdade que hoje é obrigado terem só quatro médicos pela manhã e três à noite. Sábado passado não tinha nenhum porque um está de férias, outro adoeceu, e contrataram uma que ficou com medo e não deu a cara para bater. Ou seja, ficou sem médico sábado.

O que nos preocupa da IABAS, e eu também não tenho nada contra a IABAS, eu era Prefeitura, mas a idade me pegou e fiquei só na Santa Casa. A IABAS me sub-rogou e comigo vieram mais cinco. E era muito mais gente, ou seja, da Santa Casa foram mandados embora 80%, não foram mandados embora pessoal da Prefeitura porque não pode. Então o atendimento, hoje, no Pronto Socorro Santana nos preocupa, porque nós não temos ninguém a quem nos dirigir. Você, como defensor da saúde, como você bem fala, não tem ninguém para falar, não se consegue falar com ninguém do IABAS, diferente do tempo da Santa Casa. Então nós estamos lá perdidos, os colegas estão totalmente perdidos, colegas com ameaça de agressão, a população muito mal atendida. Enfim, essa é a situação. Gostaria que o pessoal

fosse ver como funciona o Pronto Socorro Santana.

O SR. - Só uma informação. Está faltando mate... Eu só vi faltar material no final do plano do PAS que, a meu ver foi o melhor plano que teve para o doente, naquela época. Só que no finalzinho do plano PAS – não estou me referindo a prefeito, a nada, sou apartidário – a situação que está hoje em dia está semelhante, e o IABAS está lá faz um mês e quinze dias. Está igualzinho ao final do plano. (Pausa) Está pior? Então está pior. Na minha lógica está igual; tem dois falando que está pior.

Outro dia não tinha fralda para trocar um doente. Não tem medicação. Outro dia fui entubar um paciente que não tinha condições, eu precisava do Quelicin que é um remédio para relaxar, fica na farmácia com chave fechada, só pode abrir durante o dia. Não tem diretor técnico. Foi um diretor técnico lá contratado pelo IABAS, quando ele viu a situação... O diretor técnico que o IABAS contratou foi lá, começou na segunda e pediu demissão na sexta.

Agora eu quero a seguinte explicação: o IABAS está administrando também a Barra Funda. Como eu disse, essa redução da nossa TLP não é culpa do IABAS. Por que eu sei? Porque eu não sou besta. Está aqui. Na Barra Funda, que eles estão administrando também, tem 111 mil atendimentos por ano. Eles têm, entre clínicos e cirurgiões, seis – quatro com dois, seis. Nós atendemos, por ano, 167 mil. Nós temos, durante o dia, três clínicos e um cirurgião, quatro. Quer dizer, se eu fizer uma regrinha de três, que é fácil de fazer, na proporção, baseando em que 111 corresponde a seis, a gente teria que ter nove médicos lá, de dia, nós estamos com quatro. E à noite, baseado na mesma regrinha de três, deveríamos ter seis, estamos com três. A redução da nossa TLP, é só ver: de dia eram seis, passou para quatro, quatro é 33% de seis; de noite eram seis, passou para três, três é 50% de seis. A população aumentou, o risco é grande.

Outra coisa: não temos diarista na enfermaria, então não dá vazão, Vereador. Não tem leito para ficar doente, porque não tem diarista na enfermaria. O doente da enfermaria está sendo mal acompanhado, porque um dia sou eu – não que eu seja mau médico -, outro dia é

esse – não que ele seja um mau médico -, outro dia é o senhor – não que o senhor seja um mau médico. Então não tem uma conduta. Conclusão: o doente não tem alta. Como não tem alta, represa tudo lá na emergência. Nós chegamos a ter 17 pacientes na emergência. O nosso pronto-socorro é o que mais recebe SAMU, só perdemos para o HC e para a Santa Casa.

Tudo isso aí é só consultar os dados estatísticos. O Secretário deve ter. Nós chegamos a ficar com cinco pacientes entubados na sala de emergência. A força, a pressão do oxigênio não aguenta cinco pessoas entubadas, cai a rede de oxigênio, então você tem que ficar ambuzando(?) na mão a noite inteira, porque a rede caiu. Também isso não é um problema do IABAS, é um problema crônico da saúde, como a gente sabe que tem.

A gente só não entende o seguinte: por que dois pesos e duas medidas? Quando prontos-socorros com menor... Vou citar todos: Barra Funda é menor que a gente. Lapa é menor que a gente. Freguesia do Ó é um pouco maior que a gente em atendimento porque tem psiquiatra. Por que o nosso pronto-socorro está sendo retalhado dessa forma? Eu não vim aqui para falar de IABAS, para defender Santa Casa a, b ou c. Eu só gostaria que alguém pudesse me esclarecer por que o nosso pronto-socorro teve essa redução de 33% durante o dia e de 50% durante a noite. Foi o único em São Paulo todo que teve isso. Só esse questionamento eu queria que o senhor fizesse, não para o IABAS, porque ele não tem culpa. Ele pegou o contrato desse aqui... Outra coisa: o IABAS não cobre férias de funcionário da Prefeitura.

A SRA. ANA CLAUDIA SACOMANI – Sou Ana Cláudia Sacomani, sou do jornal *SP Norte*. A questão do atendimento, isso procede, porque a gente vem recebendo várias denúncias, *e-mails* da falta de atendimento, de profissionais, inclusive no departamento de pediatria. É uma das reclamações que a gente recebe, que mais tem problema no PS. Eu gostaria que os senhores respondessem a respeito.

O SR. MARIO COVAS NETO – Muito obrigado. Quatro inscitos fizeram seus questionamentos, a gente deu oportunidade de dar uma enxugada aqui. Acho que é muito mais uma questão para a Prefeitura responder do que para o IABAS. Não sei, mas fica aberta a

palavra para os senhores responderem.

O SR. ALBANO FORGHIERI - Acho que caba aos dois para esclarecimentos etc. Da minha parte, apesar de bagunçado pela ordem, todas as manifestações de vocês foram anotadas e a gente vai aperfeiçoar tudo que nos cabe. Como, por exemplo, algo que considero para já, por mais que isso não seja o cerne das suas colocações, o canal de comunicação tem que ter uma eficiência e uma agilidade grandes. Então já tem o meu compromisso de, no que foi falado e depender exclusivamente de nós, ter prontas soluções para minimizar os problemas do PS Santana, que são crônicos. A gente sabe que são crônicos, precedem muito...

- Fala fora do microfone.

O SR. ALBANO FORGHIERI – Sim, sim. Mas eu digo que precedem muito. Há questões estruturais...

- Fala fora do microfone.

O SR. ALBANO FORGHIERI – Sim. Eu digo, há questões estruturais e outras coisas que eu tive oportunidade de...

O SR. MARIO COVAS NETO – Permita-me só um minuto, por favor.

O SR. ALBANO FORGHIERI – Claro.

O SR. MARIO COVAS NETO – Apenas para a gente organizar aqui. Depois, ao final da nossa reunião, o senhor pode esclarecer alguns pontos. É só para o debate não ficar intenso e a gente se perder aqui.

O SR. ALBANO FORGHIERI – Apesar de dentista –s ó para esclarecer –, eu atuei no Pronto-Socorro do Hospital Municipal Cármino Caricchio, no Tatuapé, na bucomaxilo, logo depois de formado. Eu tenho experiência de atuação no pronto-socorro. O IABAS foi a primeira organização social a ter gestão de UPAs 24 horas do País, em contrato de gestão, fazendo administração de UPAs com grau de complexidade, inclusive territorial, dentro da característica do Rio de Janeiro, bastante distinta da nossa.

De qualquer forma eu quero dizer o seguinte: há limitações impostas pelo contrato e é natural que assim o seja. A questão das férias dos funcionários públicos é algo que a gente talvez tenha que sentar com o núcleo e ver qual solução dar a isso, porque de fato o IABAS não pode colocar um profissional para suprir a falta.

Para esclarecer, vereador, na maioria das unidades que estão sob a responsabilidade do contrato os funcionários são celetistas do IABAS. No Pronto Socorro Santana, a maior parte é da administração direta e uma parte menor é do IABAS. Então há duas categorias, dois vínculos empregatícios dentro do Pronto Socorro Santana. Um médico é da administração direta, vinculado à prefeitura, mas trabalhando no pronto-socorro sob a gestão do IABAS, mas ele responde pelo seu vínculo empregatício à prefeitura. O outro profissional tem um vínculo direto com o IABAS. Esses que têm o vínculo profissional direto com o IABAS nós somos, logicamente responsáveis por substituir férias e todas as questões, para que não deixe aquele plantão em aberto. Aqueles profissionais que são da Administração Direta, nós não podemos substituir. Eles não são nossos funcionários.

Então uma parte da colocação...

P – Na realidade o senhor pode substituir. Só que isso não está previsto em contrato.

R – E é uma despesa em que vou ser glosado. Não posso. O contrato nos limita efetivamente. Então dentro dessa linha é uma questão que exige uma inteligência, inclusive, na escala de férias para que não haja sobrecarga aos profissionais que estão lá. Não estou discutindo quantitativo. Estou discutindo uma lógica operacional.

Então não podemos fazer com que os funcionários, sejam do IABAS ou da Administração Direta, tenham férias nos mesmos períodos. Ocorre que há um complicador também na região do Pronto-Socorro Santana, em que se arrasta uma insegurança em relação à questão de gestão há pelo menos dois anos, em função da mudança de contrato saindo da Santa Casa e indo para outra organização social. Acabou não indo e pelo que nos chegou de

informação, isso fez com que as próprias organizações sociais do Município não manuseassem essa escala de cobertura de férias por causa dessa instabilidade que se arrasta dentro dessas mudanças. De qualquer forma há o nosso empenho para que isso não ocorra.

Com relação ao quantitativo de profissionais, não que isso tranquilize por esse aspecto, mas tenho a boa notícia de que da nossa parte 100% dos profissionais previstos na TLP estão contratados. Pode ser que tenha aqueles que não aparecem ou que se desvincularam.

Por exemplo, por causa de o Pronto-Socorro Santana ser um foco de problema, no dia da nossa assunção fui e então vou dar meu testemunho pessoal. Cheguei ao Pronto-Socorro Santana na noite da véspera da nossa assunção, porque os plantões começavam às 19h, apesar da assunção ser à meia-noite, não poderia pegar um hiato de tempo dentro daquilo. Então testemunhei algumas coisas no Pronto-Socorro Santana que são complicadores terríveis, estruturais e administrativos. Vi nesse dia coisas que prejudicam a população e espero que seja de ex-funcionários, coisas de moleque. Num dado momento, madrugada adentro, estava acabando a água do Pronto-Socorro. E o nosso pessoal responsável pelo processo de transição chegou a pedir um caminhão pipa para que o Pronto-Socorro não ficasse sem água, quando fomos descobrir que alguém havia propositalmente fechado o registro de água. Aí se abriu o registro, a água voltou e cancelamos o pedido do caminhão pipa.

Nessa noite eu lá estava e por isso estou dando meu próprio testemunho. Outra coisa, o gerador estava com uma manutenção crítica para não dizer pior. As baterias do gerador estavam queimadas. Não funcionava. Havia diesel, mas se acabasse a luz os seus colegas que estavam de plantão teriam de ventilar manualmente pacientes, porque o gerador não teria como *startar* pelo estado de sucateamento das baterias. Uma pessoa nossa saiu imediatamente naquela noite para comprar baterias novas que foram instaladas no gerador.

Ou seja, o nível de complexidade de itens em que devemos ter 100% de atenção

passa por molecagens, como fechar o registro de água de um pronto-socorro. É um absurdo. Algo inimaginável para qualquer pessoa que se importe com o semelhante e que tenha qualquer nível de responsabilidade.

Quis falar isso para dizer que estamos procurando cumprir 100% do que é nossa obrigação. Agora, há nesse ponto dois esclarecimentos necessários a fazer. A senhora falou sobre a questão de pediatra. É óbvio e sabido no país inteiro que faltam médicos. Há o Programa Mais Médicos, mas estamos com um número de profissionais muito acima do que era antes na grande maioria das unidades e no que a TLP prevê.

Acredito que o grande cerne da questão é um ponto importante que o senhor falou, que é de um percentual no Pronto-Socorro Santana ser inverso ao dado que aqui falei. O número que disse é matemático na questão. Claro que aproximei em 80%, mas matemática permite conferência a qualquer tempo com os quantitativos e obviamente não permite mentir. Permite imprecisões, mas não inverdades. O número que passei é da zona Norte. Obviamente há unidades em que a realidade pode ser completamente distinta. Sim, está esclarecido, mas era algo necessário de se fazer. Os 80% de sub-rogo, que é facilmente comprovável não com a precisão numérica, mas com a ilustração, são para a zona Norte no objeto contratual. No Pronto-Socorro Santana, todas as decisões de sub-rogos, assim como as demais, começaram com a supervisão e coordenação da zona Norte. Assim como o estabelecimento da TLP que estamos cumprindo dentro do que está no papel.

Para ilustrar, no dia primeiro, não sei se algum dos senhores estava de plantão, se estava poderá dar o próprio testemunho e eventualmente corrigir a informação que me chegou. Não passei o dia lá. Fui para a transição e num dado momento saí, mas um técnico de gesso que seria sub-rogado, então ele declarou o interesse em ser sub-rogado. Ele deveria aparecer no primeiro dia de trabalho para o nosso Instituto levando sua documentação, para que fosse processada a sucessão trabalhista em carteira de trabalho. Esse técnico de gesso não apareceu, simplesmente não foi. Desistiu no meio do caminho e o Pronto-Socorro Santana

ficou sem técnico de gesso.

Aí vem aquilo que na minha concepção todo profissional de saúde deve ter e tenho certeza que os senhores têm porque como manifestaram estão preocupados com a qualidade de atendimento, com salvar vidas e atender bem o próximo. Um dos profissionais que lá estava se negou a atender qualquer caso de ortopedia. Pelo menos foi o que me chegou. Não posso atestar isso, pois não conversei com esse profissional, porque não tinha o técnico de gesso. E o nosso pessoal falou: o senhor vai receber e atender os casos de ortopedia. Aquele que precisar do gesso será encaminhado. Só que nesse mesmo dia, no período da tarde, já havíamos conseguido substituir e fazer chegar ao Pronto-Socorro Santana um técnico de gesso.

Há uma leitura, do meu lado pessoal, de que o Pronto-Socorro Santana precisa realmente de um choque de gestão, de uma dedicação plena para melhorar condições estruturais. Essa realidade limita o bom desempenho e o que for possível para nós em conjunto com a Secretaria será feito. Claro que há limitações contratuais, aquilo que podemos até ter vontade de fazer, mas não podemos fazer por estarmos sujeitos à penalidade.

De qualquer forma quero finalizar, até pela própria questão de tempo, e seja lá o que tenha faltado acabando conversaremos, inclusive, pessoalmente. Vamos repassar esses pontos para que possamos encaminhar soluções, porque os problemas nós sabemos que sempre existiram. As dificuldades estão aí e vão existir sempre, só que tem de haver a nossa máxima determinação para superá-las com a maior seriedade possível e compromisso. E esse compromisso é conjunto, o bem da população e o paciente que tem de ser atendido dentro do máximo do nosso empenho. E o IABAS fará isso sem dúvida alguma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Sr. Francisco, por favor, tem a palavra.

O SR. FRANCISCO – Sr. Presidente, com todo respeito a sua posição em relação à questão de licitação, já debatemos um pouco aqui e gostaria de finalizar essa questão, de

minha parte, no seguinte ponto: enquanto Presidente de comissão de chamamento, de licitação que segue critérios objetivos e normas editalícias, eu não poderia em hipótese alguma deixar de arbitrar qualquer entidade que tivesse qualquer divergência de débito com a Prefeitura, sem que ainda tivesse concluído e, sobretudo, sem nenhuma inscrição, seja em Dívida Ativa ou em qualquer órgão. Só estou ratificando isso e reiterando, e finalizando essa questão, porque a gente segue rigorosamente as normas que foram estabelecidas no edital.

Bem, indo de pronto para a questão, a TLP que foi aprovada para o PS de Santana, que é a questão aqui das quatro pessoas que indagaram, a TLP é de 156 profissionais. Lá tinha um quadro de profissionais, com a OSs anterior, de aproximadamente 200 profissionais. Por que que essa TLP, então, foi reduzida? Porque está em curso - e está indo muito bem esse trabalho, e, em breve, recolheremos os frutos desse trabalho, o qual é feito pela Coordenadoria Regional de Saúde, a Supervisão Técnica de Saúde local, com profissionais competentes que trabalham a questão de distribuição de tarefas, enfim, todos os trabalhos.

O que está sendo já implantado lá? Classificação de risco. Veja, está sendo implantada classificação de risco agora. Nova proposta de trabalho. O processo está sendo acompanhado. Então a questão também que garante essa TLP é a questão de processo de trabalho.

Então tudo isso está sendo feito e nós não temos dúvida de que, até pelo pouco tempo, o IABAS assumiu esse contrato, sobretudo essa unidade, o PS, assumiu dia primeiro de maio. Nós estamos aqui no dia 15 de junho. Então estamos falando aí de algo em torno de um mês, um mês e pouco. Então não temos dúvida nenhuma...

O SR. MARIO COVAS NETO (?) - Francisco, me permita interrompê-lo, só porque tem um questionamento que foi feito e que me chamou a atenção. Parece-me que o senhor não está indo nesse ponto e eu gostaria de saber.

R - Está bem.

P - Eu entendo que o IABAS, então, tem lá uma série de profissionais que estão

sob responsabilidade deles, e aí a gestão passa a ser para ele, enfim, a responsabilidade passa a ser dele.

Como você tem uma mescla de funcionários públicos e funcionários contratados, como é que fica a substituição daquele funcionário público que está de férias? Se o IABAS não tem no contrato, como é que a Prefeitura pensa em resolver o problema da ausência desse funcionário? Ou essa é uma coisa que não estava no foco da questão?

R - Está certo, Vereador. Está sim, está no foco da questão, tem sim essa preocupação. Prova disso é que, recentemente, nós, além de ter aprovado um novo plano de cargos e salários para a saúde - que inclui obviamente os médicos -, justamente buscando com isso incentivar o interesse de profissionais para fazer parte do corpo nosso enquanto servidor, nós também fizemos, recentemente, concursos públicos.

Então uma das ações que a Prefeitura e a Secretaria têm adotado, para ter quadro de profissionais para substituir eventuais férias - e não só férias, tem um quadro muito grande, tem um número muito grande de profissionais que está em vias de aposentadoria, possivelmente até por conta do novo plano de cargos e salários, que acho que ofereceu, trouxe condições mais favoráveis para esse fim. Então é por conta disso que a Prefeitura tem sim pensado nisso, em processo seletivo, ou seja, concurso público. E, na medida em que os profissionais vão se interessando com o novo plano de cargos e salários, que nos parece ser bastante atrativo agora, ficou atrativo, aí a gente vai poder suprir essas lacunas dos estatutários.

P - Mas isso, até acontecer, como é que devem proceder os gestores, seja o IABAS, sejam os funcionários, enfim? Com uma questão como essa, qual é o procedimento que eles devem ter?

A Prefeitura, pelo que foi relatado, ou não tinha conhecimento, ou não conseguiu suprir a ausência de um funcionário que estava em férias. Gostaria de saber qual é o procedimento que tem de ser feito, enquanto toda essa perspectiva futura não venha de fato a

acontecer.

R - Tá. Como eu disse e repito, são processos de trabalho. Esse fato de servidor estatutário entrar em férias, se aposentar, isso não é novo, isso sempre ocorreu, porque sempre teve estatutário trabalhando nas OSs, isso não é novo. Prova disso é o próprio PS: tem uma quantidade até superior de estatutário do que celetista lá, como bem falou o Dr. Luciano.

Então essa questão, para nós, não é nova. Então isso é processo de trabalho. Assim, não sei, talvez substituir por plantonistas. Mas aí não fico muito à vontade para falar. Por ser uma questão estritamente técnica assistencial, essa questão é conduzida pela Supervisão Técnica de Saúde local e a Coordenadoria.

P - Pois então eu peço a gentileza de o senhor levar ao conhecimento deles, dessa situação que aconteceu lá.

Talvez o fato de você ter a OS trabalhando implique numa certa... Numa não preocupação em relação a esse tema, e é bom chamar a atenção de que isso vem ocorrendo. Acho que tem de ser substituído sim por algum outro profissional, enfim. Aí é a Prefeitura, a Secretaria de Saúde tem de saber como resolver o problema.

O que a gente está preocupado é como é que a população e os outros profissionais vão conseguir suprir a demanda sem ter o quadro completo lá de profissionais aptos.

Bem, vamos lá, vamos adiante então? Posso isso? Ou quer falar mais alguma coisa?

R - Eu estou inclusive anotando aqui essa...

P - Muito bem, pois não. Muito obrigado.

Sra. Mônica Grohmann.

A SRA. MÔNICA GROHMANN - Boa tarde a todos.

Vereador, a questão que nos preocupa... Eu sou da região central, sou funcionária pública de carreira e, como disse o representante da Prefeitura aqui, havia algumas organizações sociais bastante conhecidas nossas aqui em São Paulo, como o Sírio-Libanês, a

Associação Saúde da Família, participando de algumas... O senhor chamou de convênio. Não sei se... Para nós, era dito como parcerias, não é?

Então, basicamente, nas unidades básicas e os Caps, centros de atendimento de álcool e drogas, havia parceiros e havia os funcionários públicos, mas a gestão era da Prefeitura, não é?

Então, nas UBSs, por exemplo, o Sírío-Libanês respondia pela maioria das UBSs aqui da nossa região - Humaitá, Cambuci, Nossa Senhora do Brasil -, eles respondiam pelo Programa de Saúde da Família, mas tinha a equipe da UBS tradicional, não é? Tinha o Programa de Assistência ao Idoso, enfim.

Agora, todos esses programas e todos os equipamentos de saúde de uma região Centro - que nós sabemos é uma região complexa, não que as outras não sejam, mas aqui tem uma característica muito específica com a questão da saúde mental, com a questão do problema da dependência química, do *crack*, e nós temos muitos equipamentos aqui como o Caps AD, Caps Infantil, o Caps Adulto.

Então, assim, é uma área de atuação extremamente complexa. Então nos preocupa uma única Organização Social cobrir toda essa região com essa complexidade. E, até onde sabemos, não há uma grande experiência, principalmente na área de saúde mental, não é?

E, só respondendo ao senhor da Prefeitura, que falou. Quando a Prefeitura quer, ela sabe muito bem como fazer porque, por exemplo, existe contrato de emergência, não é? Não é o caso das unidades básicas, mas os prontos-socorros, nas unidades, quando existe problema de não estar ainda dando tempo de fazer o concurso e tal, existe a possibilidade do contrato de emergência, sim, para o servidor público - até que se faça um novo concurso. E, até onde a gente sabe, tem concurso público feito e que os profissionais não foram chamados.

- Conversas fora do microfone.

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – Veja, Mônica, eu quero começar por um

ponto que é de particular incômodo no processo de transição. Você até usou sabiamente a seguinte observação - entre aspas -: até onde nós saibamos, não tem uma grande experiência. Foi uma colocação bastante sábia.

Como você soube que a gente não teria ou teria experiência aqui ou ali? Rádio peão, para usar o jargão popular; conversas de pessoas aqui e ali. Eu a convida a entrar em nosso *site* e ver a rede de experiências. Pelo tempo e praticidade, também me comprometo, acabando aqui, a permanecer e continuar. Eu lhe digo o seguinte: o IABAS tem serviço de assistência à atenção mental no Rio de Janeiro diferente do de São Paulo, porque cada município tem a sua característica. O IABAS é, inclusive, o maior hospital sem paredes no município do Rio de Janeiro. Só no Programa de Atendimento Domiciliar, tem 1,6 mil pacientes sendo assistidos nos seus domicílios e uma série de outras coisas com programas distintos dos que acontecem aqui. Ocorre que – talvez aí esteja o cerne da questão -, pela primeira vez, uma organização social perdeu uma unidade que tinha sob sua gestão. Porque os demais processos, antes dessas vitórias e perdas do IABAS – porque nós disputamos regiões da Cidade onde perdemos na proposta -, foram objetos de atenção das organizações sociais. Não todas, algumas. Você citou o Sírio; o Sírio sequer disputou a zona central. Mas, por exemplo, a Associação Saúde da Família participou da disputa e fiquei em segundo lugar com sua proposta e fez um recurso administrativo, julgado pela Prefeitura.

O que quero dizer é que, talvez, não institucionalmente, o sentimento de perda de alguns ou de insegurança tenha motivado essas coisas que foram projetadas aqui, da imprensa, essa falácia de que não teria experiência ou coisas do gênero. A experiência institucional é enorme, enorme. O IABAS é uma das maiores organizações sociais do País e atende todos os níveis de atenção da saúde, principalmente a atenção básica.

Quero lhe responder duas questões que foram cruciais da sua observação. A primeira delas é a pluralidade, que traz a complexidade desses serviços. E a gestão, que a senhora colocou, que era da Prefeitura, a definição do modelo assistencial, mesmo causando

discussões como a TLP *etc.*, ela é sempre da Prefeitura, ela não abre mão dessa prerrogativa. Somos um instrumento para executar aquilo que a Prefeitura entende ser o melhor, independente da maior quantidade de acertos ou erros e dos ajustes que sempre serão necessários. Acho que, aí sim, tem que haver atenção nessa parceria, que é bilateral – tanto da parte de quem está executando como da parte de quem está definindo, controlando *etc.* –, para fazer as adaptações obviamente se mostram necessárias. Mas nós temos, dentro desse pacto, dentro desse modelo assistencial, setorizados, profissionais responsáveis por cuidar de cada equipamento de saúde, de cada modelo assistencial, e pessoas absolutamente aptas do ponto de vista de avaliação curricular, de experiências profissionais, pessoas que certamente o IABAS irá substituir caso não se mostrem efetivamente competentes, como as avaliações feitas pelos Recursos Humanos têm encontrado. Então, a despeito da pluralidade de serviços, cada setor tem a mesma e importante atenção do nosso foco assistencial. Por isso, eu lhe disse: eu a convido a entrar em nosso *site* e olhar o que há. Obviamente que pode haver ausência de detalhes de uma ou outra operação; só que também a conhecer, dentro da área central, quem serão as pessoas que passarão a assumir as unidades, porque, por enquanto, na região Centro, assumir um percentual muito pequeno de unidades. A próxima fase de assunção do centro será no dia 1º do mês seguinte, quando a gente, aí sim, assumirá um quantitativo de unidades maior, e o nosso pessoal assistencial está 100% focado na implantação dessa transição e fazendo reuniões praticamente diárias com a coordenação e supervisão da região centro.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MONICA PINHEIRO GROHMANN – A gerência das unidades continuará sendo da Prefeitura ou será do IABAS?

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – Não, é da organização social. Não é uma questão do Centro ou do Norte, é o modelo da Cidade. E a gerência tem que ser assim na minha avaliação pessoal, porque, quando ela é de nossa responsabilidade, nós podemos ser

cobrados pela senhora, pela população, pela Câmara dos Vereadores, pela Comissão, e temos que resolver esses problemas. Quando o funcionário de um tem que responder a outro, somam-se problemas, mas a definição do que fazer é feita pelo Município. O acompanhamento é feito pelo Município.

A SRA. MONICA PINHEIRO GROHMANN – Mas, então, fica uma dúvida. Num mesmo equipamento temos funcionários públicos de carreira e celetistas contratados pelo IABAS, e o gerente será IABAS. O funcionário público presta concurso para trabalhar para a Administração Direta, ele não pode prestar serviço para uma organização social, a não ser que ele assine um contrato aceitando isso – no caso, um afastamento da Administração Direta para isso.

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – A própria organização social presta serviço para a Administração Pública, nós não estamos fazendo nada diferente disso. Agora, o funcionário que está lotado naquela unidade, cedido ou não, sob vínculo com a Administração Direta, ele tem que responder à gerência da unidade. O gerente tem que gerenciar.

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – Permita-me. Acho que o que ela está querendo dizer é o seguinte: você tem uma hierarquia. Funcionário público é o funcionário municipal e responde à Municipalidade, não responde a um terceiro, ainda que esse terceiro seja contratado. Eu acho que é isso. Se houver, por exemplo, um conflito de entendimento desse funcionário com a instituição, a quem ele tem que se submeter? Acho que a pergunta é pertinente, ainda que eu compreenda que, se houver um pouco de boa vontade, as coisas se resolvem; mas pode acontecer um conflito, sem dúvida.

A SRA. MONICA PINHEIRO GROHMANN – Estou até fazendo essa pergunta porque, quando o Sírio Libanês assumiu como OS a gestão do Hospital Menino Jesus, eu trabalhava lá na época, e os funcionários públicos todos – e a grande maioria era de funcionários públicos – tinham o direito de quererem continuar. Ficou, como é até hoje, um diretor, que é contratado pelo Sírio Libanês, e temos uma diretoria da Prefeitura lá dentro.

Muito bem. Todos os funcionários públicos que quiseram ficar tiveram que assinar um termo de compromisso dizendo que concordavam em trabalhar para aquela organização social, e isso é feito a cada ano. Porque, até onde eu sei... Aliás, me chama a atenção o fato de o Sindicato dos Funcionários Públicos não estar hoje aqui, porque eles colocaram em destaque na página deles que isso é uma coisa que pode criar dificuldades.

É diferente, Dr. Luciano, de quando há uma parceria, mas a gerência continua sendo da Prefeitura. Agora, se entra outro gerente, o senhor sabe, são dois RHs diferentes, são dois modelos diferentes. O senhor entendeu minha pergunta?

O SR. LUCIANO ARTIOLI MOREIRA – Claro, compreendi. Só que a minha resposta vai até um ponto, até o ponto do IABAS. Então, o que acontece na gestão do funcionário público da Administração Direta que está sob gerência do IABAS? Obviamente, ele vai cumprir o seu papel naquela unidade, vai ser avaliado por isso, primeiramente por nós, gerência da unidade, e pela supervisão e coordenação da região pelo lado da Prefeitura. Assim como nós fomos, estamos sendo e sempre seremos avaliados pela supervisão, pela coordenação e pelo próprio núcleo, etc.

Quero chegar ao cerne da questão para não me alongar. Vamos colocar um problema: temos um funcionário que não está trabalhando de acordo por razões pessoais; ele não responde ao gerente porque esse é da Organização Social e ele não quer acatar uma determinação, uma mudança na sua rotina de trabalho. Seja qual for o motivo, não precisamos alongar nesse ponto, mas, de qualquer forma, ele está ferindo a cadeia de comando no que diz respeito à hierarquia dentro da unidade.

No que diz respeito à Organização Social, o nosso modus operandi será o de abrir uma sindicância interna para chegar a uma conclusão dos fatos que geraram esse conflito de conduta e dar ciência à Secretaria da Saúde para que ela conduza a partir dali. Eu estou informando o que nos cabe dentro da nossa ótica, pelo que nós nos comprometemos a fazer.

O Ernane poderá complementar essa questão inclusive com fatos mais concretos

que têm ocorrido no Município de São Paulo quando o funcionário público lotado numa unidade fere a cadeia de comando da OS porque ele foi contratado para uma carreira direta com o serviço público. Esse é o cerne da pergunta, ao qual eu respondo que, ao que compete a nós, se houver uma quebra no cumprimento do trabalho, na avaliação da gerência da Organização Social por um funcionário da Administração Direta, nós abriremos um processo de sindicância interna para documentar e subterremos isso à Secretaria. É o máximo que nós podemos fazer: documentar os fatos e transferir a situação.

Em minha opinião, é óbvio que a conduta disso depende muito dos fatos, porque alguns funcionários, nossos ou da Administração Direta, vão estar cem por cento dentro da razão, e a nossa posição vai ser reavaliar aquela conduta, seja institucional ou da gerência. Agora, pode ter aquele funcionário da Administração Direta que, se fosse funcionário celetista da Organização Social, nós o demitiríamos imediatamente por um fato grave. Claro que essa possibilidade não existe nesse caso, mas, nos casos graves como esses, a Secretaria é quem vai conduzir a partir do relato feito pela unidade e pela cadeia hierárquica interna.

Agora, para responder à pergunta dela, é necessário um complemento seu.

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – Sr. Presidente, me perdoe por usar mais este tempo, mas eu tenho que falar sobre a importância e o olhar que nós damos para o centro. Tudo o que foi falado aqui é fato, o centro tem um olhar diferenciado por todas as questões que foram abordadas aqui. Prova disso é que a Coordenadoria era a Centro-Oeste, cujo coordenador ficava na zona Oeste com a Coordenadoria e de lá tocava Butantã, Lapa, Pinheiros e centro, com todas as especificidades do centro.

O que fez a Secretaria da Saúde? Criou e deu autonomia para a Coordenadoria Centro e hoje nós temos um coordenador para cuidar especificamente do centro, com equipe técnica, supervisão técnica, justamente para estar mais próximo; pessoas com capacidade técnica sobre as questões aqui apontadas são responsáveis por temáticas da questão psicossocial, como álcool e drogas, etc.

Quero deixar claro que, de fato, há, sim, um olhar diferenciado, há essa preocupação, e medidas foram adotadas.

Em relação a funcionário, isso não é novo, já houve outros contratos, inclusive com o próprio Sírio, que, como foi falado, não participou do processo por livre e espontânea vontade. O que acontece é que, se a gerência é da OS, ela vai, sim, adotar providências e, se tiver que dar advertência e demitir, vai fazer todo um gerenciamento amplo para os funcionários celetistas por ela contratados. Afinal de contas, se ela contrata, ela paga e tem esse direito. Em relação ao estatutário, não, pois cabe à Coordenadoria, à Supervisão, ao CRH da Prefeitura, que têm inclusive um modus operandi próprio, que é diferente do das entidades privadas ainda que sem fins lucrativos. Em relação aos estatutários, a regra é a estatutária, ou seja, é a Secretaria quem dita as regras e que eventualmente apura. Se a OS, por meio de seu gerente, faz um relatório, ele tem que ser passado à Prefeitura.

Objetivamente, então, é isto: a OS não tem autonomia e liberdade para tocar as questões funcionais dos servidores de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O.k. Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Alex Albuquerque, do Consabesp e Diretor de Saúde do Condef – Conselho de Hospitais Municipais.

O SR. ALEX ALBUQUERQUE – Boa tarde. Fui Conselheiro de Saúde Municipal de 2012 até 2016; o último findou este ano. O finalzinho de um mandato foi no Governo Gilberto Kassab e o último foi na gestão do Prefeito Fernando Haddad.

Cumprimento o nobre Vereador primeiramente. V.Exa. está de parabéns, porque é difícil ver uma audiência sobre esse assunto aqui na Câmara Municipal. As indagações e as observações sobre a Secretaria de Saúde são muito importantes. Em outras audiências nesta Casa de Lei, foram discutidos assuntos muito mornos, infelizmente, em detrimento das questões fiscais, como deveria ser. Mas hoje eu estou vendo algo muito importante. Parabéns, mais uma vez, ao Vereador.

Cumprimento o pessoal da IABAS e, na figura do Ernane, a Secretaria.

No Conselho, tivemos vários embates, inclusive com o Ernane. Sou da região do Jaçanã/Tremembé e acompanhei muito essa situação entre o IABAS, Pró-Saúde desde o começo. Sempre dialogamos com o Ernane e alguns momentos nós encaramos com muita preocupação. Um deles foi quando chegou a Pró-Saúde, porque o edital foi em duas etapas: uma consiste na validação documental, se a OS está apta ou não a participar do processo; a outra consiste na qualificação técnica. Como foi bem dito aqui, na primeira situação, a do chamamento, resultou em vazio, ou seja, nenhuma Organização Social se colocou à disposição, e já está há mais de um ano rodando na região. Na segunda chamada, se interessaram a Santa Casa mais a Pró-Saúde. Inclusive, na internet, vários processos existiam com essa instituição que é do Rio de Janeiro. A Pró-Saúde tinha processos no Brasil todo. Começamos a dialogar, conversamos com a Prefeitura, estávamos no ponto de assinar e, em algum momento, ela recuou. Falaram que foi uma questão financeira, mas acredito que a população organizada é capaz de modificar muitas situações sim.

Em terceiro, veio essa situação, mais uma vez, foram Santa Casa e IABAS; no primeiro momento, a Santa Casa não passou por motivo documental, como foi falado pelo Ernani, mas a IABAS passou na documentação.

A primeira pergunta para a Prefeitura: esse débito, esse valor que existia na pendência, traria alguma negativa a primeira etapa do processo do edital. Negativa de ela não poder participar da segunda etapa? Essa falta desse processo, inclusive, teve um Vereador em 2012, Carlos Neder, que estava questionando o IABAS porque não devolveu algo em torno de 200 mil reais. Isso está na internet. E estavam questionando o porque ela iria participar do processo licitatório neste Município.

Avançando nessa situação, outra pergunta: ouvi aqui 121 milhões é centro ou Jaçanã-Tremembé? Porque Jaçanã-Tremembé são 198 milhões, pelo menos, foi o que nós ficamos sabendo.

Finalizando, várias vezes, questionei com o Ernani, naquela mesa municipal em reuniões que estão em ata quem seria o responsável em caso de demissão, quem pagaria o passivo. E, muitas a Prefeitura me falou que não iria assumir passivo algum, quem assumiria seria a Organização Social – muitas e muitas vezes, em várias e várias reuniões.

Agora, venho nesta mesa ser surpreendido: a Secretaria assumiu que vai pagar. Até entendo que ela tenha que pagar, mas lá no Conselho não temos esse tipo de esclarecimento e fica muito ruim, quer dizer, nesta mesa, eu falo algo e lá no conselho foi diferente – e debatemos por muito tempo. Lá eu falei que quando acontecesse todo esse processo na cidade de São Paulo ia causar isso que a gente está vendo hoje: essa desorganização na saúde, porque está mudando um conjunto todo da saúde no Município.

Como funciona essa situação?

Não está só ruim no pronto-socorro, mas, também, nos hospitais. Sou conselheiro do Confhm, conselho de fiscalização dos hospitais municipais, e a situação está caótica.

Às vezes, a Prefeitura coloca “não estamos fechando leitos”, “tem profissionais para atender todos”, mas não tem! Muitos hospitais estão nessa situação, aguardando serem chamados novos profissionais e o pior: os contratos de emergência, que foram falados pela Mônica, estão sendo cancelados. Em Campo Limpo, está acontecendo isso. Lá tem uma Auxiliar de Enfermagem para cuidar de 9 quartos. Eu estava presente quando vi essa situação. Uma Auxiliar de Enfermagem para passar, limpar, dar remédios, então, a situação está difícil.

Voltando a IABAS, gostaria da resposta a essas duas perguntas.

A nossa situação não está fácil; na nossa região, estão sendo demitidos, sim. E, como foi colocado pelo nosso amigo, é inverso, o queijo é inverso, não é 80,20. É 20% permanece 80. Porque eu digo isso? Pela própria situação desse próprio contrato. 98 milhões. Como você consegue, em casos em que os salários estão acima do que a IABAS paga, sou obrigado a demiti-lo. Nessa variação em que o IABAS fez, antes de assumir o território, quantos o IABAS na porcentagem deve colocar a disposição por motivos de salários. Por exemplo, o auxiliar de

enfermagem ganha mil, a IABAS vai pagar 900. Quantos, na porcentagem tem de ser demitido no inicio. Só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Sr. Ernani.

O SR. HERNANE – Já conheço o Alex, fiz parte do Conselho Municipal de Saúde, com ele, tivemos grandes debates e de fato o Alex é um dos Munícipes independente da sua condição de conselheiro, à época que participou ativamente dessas questões relacionadas a região dele, da qual também faço parte. Alex, em relação às demissões, eu lhe asseguro e também já fica aqui o compromisso que vamos encaminhar para a Comissão, um relatório com o numero de demissões, que quem demite, repito, não é quem está sucedendo,. É quem está saindo, porque é funcionário dela, obvio. Falei e falo de novo – desculpa vereador, vou tentar ser conciso aqui mas está difícil – É assim, o processo não é só demissão. É realocação. Ou dar um exemplo aqui clássico, que foi uma alternativa nossa, os salários auxiliares de enfermagem no plano de cargos e salários do IABAS salvo engano, lá não tem auxiliar de enfermagem. Lá tem técnico de enfermagem que presume – com todo o respeito aos auxiliares- uma qualificação superior, maior do auxiliar administrativo. E esse salário de técnico de enfermagem conseguimos sub-rogar uma quantidade grande de auxiliar administrativo com promoção na sua prorrogação. Aqueles profissionais auxiliares de enfermagem que tinha o curso técnico de enfermagem e que estava inscrito no Corem ou se não estavam inscrito, foi dado um tempo, para que se fizesse inscrição no Corem, porque senão não poderia ser contratado e eles foram contratados e o número é grande. Quando mandar esse material vai ficar fácil compreender.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Só quero dizer para as pessoas que estão aqui presentes, não faço parte da comissão, mas tenho certeza de que a comissão pode dispor, a quem tiver interesse nesses dados, assim que o senhor mandar, é só procurar aqui a Secretaria da Comissão e ela fornece então cópia desses dados.

O SR. HERNANE – Sim senhor. Se me permite, nobre Vereador, esses dados

contempla o território, a região. A análise é geral, obviamente, vai ter unidades que a possibilidade, até pela categoria profissional sub-rogar é maior, e tem também a questão do interesse. Têm profissionais que se recusaram a se sub-rogados. Tinha todos os quesitos para sub-rogação. E nós não poderíamos a obrigá-los nem prefeitura, penso eu que nem as OSs, - não você é obrigado a sub-rogar. Teve essa hipótese também, mas enfim, essa é a questão que está dada em relação a questão do valor que mencionei aqui, o próprio Vereador Covas já falou aqui, acenou com a cabeça, que de fato é Centro. Aquele valor de 121 milhões é Centro que eu comparei os valores das demais concorrências. Então só para esclarecer, 120 milhões é do Centro. Jaçanã, Pirituba, Santana, Tucuruvi, Tremembé, o valor que está é o valor que foi contratado. Salvo engano 98 milhões.

São essas as questões. Como bem disse, vamos trazer as informações, porque está tendo uma divergência muito grande em relação a número de demitidos ou não, mas temos isso no território todo.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sua primeira pergunta, foi se aquela coisa da dívida que já falamos exaustivamente, aqui em algum momento.

- Apartes fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - De fato peço desculpas, Alex e aos demais, eu vacilei aqui não respondi essa pergunta bastante objetiva. Esse valor desse débito até passei para o Vereador a data precisa, esse valor, foi negociado na Secretaria de Negócios Jurídicos, não foi nem na Secretaria da Saúde, não temos nem competência para isso. Em 10 de março de 2016, esse ano. o edital de 2015. Em 2015 não existia dívida reconhecida pela Prefeitura do Município de São Paulo porque ainda estava em processo de recorrer, aqui, recorrer acolá, ou até de uma possível judicialização. Só poderíamos escrever na dívida ativa, se o Instituto não tivesse o interesse de fazer um acordo, de pagar a dívida, porque na verdade eles aceitaram em pagar essa dívida, e pediram condições de parcelamento. O que foi feito. Mas esse parcelamento foi todo discutido, tudo esta entabulado, ou seja, ajustado na Secretaria dos Negócios Jurídicos e

pelo que consta estão pagando. Não sei se após o contrato. Porque isso independe. O contrato já estava. Já estávamos tocando o processo do contrato.

(NÃO IDENTIFICADO) – E a menção ao ex-vereador, hoje deputado Carlos Neder, sei bem o que ele disse e a gente não tinha tido a oportunidade de esclarecer o que foi hoje dentro dessa Casa. e não agimos de outra forma porque vimos ele muito bem intencionado como uma pessoa bastante seria, mas infelizmente, sobre esse tema ele estava mal informado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Apenas para esclarecer os presentes, o Deputado Carlos Neder, foi convidado a estar presente aqui, assim como varias outras pessoas, não citei, citei apenas os presentes, mas foi feito um convite para vários representantes, várias coisas, enfim. Mas infelizmente ele não veio.

Com a palavra o Sr. Jorge Infrain.

O SR. JORGE INFRAIN – Cumprimento a todos, na figura do nobre Vereador Mário Covas Neto. Minha família está ali naquele pedaço, vou falar mais focado no pronto-socorro de Santana, está ali a 75 anos. Estamos na quarta geração, sou comerciante, estou na porta, e ali atendendo, clientes, usuários do pronto-socorro, médicos. A gente escuta todo o tipo de relato. A gente vê pessoas morrerem, família de gente chorando ali na frente. Estou engajado nisso até o ultimo fio de cabelo. Eu em consideração a vocês, fiz um roteiro para não ser repetitivo e tentar ser o mais objetivo possível, porque tenho muita informação. alguma, graças a Deus, deixar para o final é bom porque muita gente fala antes.

Acrescentando que o Movimento Santana Viva, do qual sou fundador, está fazendo plano de bairro de Santana. Somos um dos poucos distritos da cidade que está fazendo, em sua iniciativa da sociedade, e estamos fazendo isso de maneira colaborativa. Então todos esses temas a gente discute lá.

A situação: o pronto socorro de Santana, está há anos, segurando a saúde da zona Norte. Aqui temos o Odair, que é conselheiro da Saúde e conselheiro participativo comigo. Ele pode confirmar, porque já falou isso em outras reuniões. O Pronto-Socorro do Mandaqui

manda gente para lá. O Vermelhinho, José Estorópoli, da Vila Maria, manda gente para lá. O São Luiz Gonzaga, que é Santa Casa, manda gente para lá. O Cachoeirinha manda gente para lá. A gente já chegou a presenciar fotos do Hospital do Mandaqui com uma plaquinha assim: “Favor dirigir-se ao Pronto-Socorro de Santana”. Então, é o único lugar aonde a gente vai e sabe que algumas especialidades difíceis de se encontrar, como pediatra, ortopedista e dentista, são 24 horas. Ao longo, com todos os senões que eu conheço também, ele se destacou na qualidade e formou uma equipe de socorristas, se não a melhor de São Paulo, talvez uma das melhores. Então, o PS de Santana chega a atender a gente de outros municípios, como Guarulhos e Osasco. A gente está no entroncamento dos dois principais eixos da Cidade, Norte, Sul, Leste e Oeste. Então, a gente está no eixo Norte-Sul, que todo mundo conhece e há o conjunto das marginais Pinheiros e Tietê. Não é toa que a gente tem o maior terminal rodoviário da América do Sul. Nós temos os dois principais centros de exposição da Cidade, o Parque Anhembi e Expo Center Norte. Há a rodoviária Tietê. Está tudo ali. Por quê? Não é por acaso. O índice de complexidade do atendimento lá é bastante complicado. Não adianta só olhar uma tabela e olhar números.

Eu queria falar que qualquer um de nós, inclusive o Sr. Eike Batista ou o Sr. Júnior, da Friboi, qualquer um que sofrer acidente vai parar lá. Entendeu? Como já foi falado aqui, tirando as clínicas e a Santa Casa, é o primeiro que recebe mais SAMU, ocorrências de SAMU na Cidade.

Aí eu queria colocar os problemas em duas categorias. A primeira é qualitativa. Em sete anos de administração da Santa Casa, ela montou essa equipe, que eu chamo de seleção, porque eu conheço os médicos. Há médicos do nível do Dr. Gelson e do Dr. Etevaldo. É aquela pessoa que chega e resolve. Por quê? Porque já foi colocado gente lá agora, nesta gestão, que não tinha tanta experiência. Não sei se é residente ou não é, mas eu já escutei relato de o médico falar: “Não, entubar eu não entubo. Eu não sei entubar”. Então, lá não dá para isso. Quem assistiu, os mais antigos que assistiam àquela série *Mash* vão entender o que

eu falo. É essa a realidade que eles vivem. Duvido que quem entrar naquela emergência tire a cena da cabeça. Eu já entrei várias vezes.

Então, o processo foi feito de uma maneira açodada. De tudo que eu vou falar, a maior responsabilidade, para mim, é da Prefeitura e principalmente da Coordenadoria de Saúde Norte. O IABAS entrou na história. Há alguma coisa também do IABAS. Os médicos, enfermeiras e técnicos administrativos só souberam que iam ser sub-rogados, não iam ser sub-rogados quinze dias antes, ou seja, a maior parte deles estava achando que ia continuar na outra OS, tanto é que boa parte deles nem conseguiu cumprir os 30 dias de aviso prévio, cumpriram quinze. Isso é desorganização também. Alguns foram mandados embora com aviso prévio indenizado e não trabalhado, e depois receberam um telegrama em casa, que era para voltarem e assumirem. Isso não tem nada a ver com o IABAS; é Santa Casa e Prefeitura.

Os gestores não foram consultados. Então, com o Dr. Paulo, que era o gerente administrativo e o Dr. Eduardo, que era o diretor do hospital - falaram-me isso - ninguém sentou com eles e perguntaram: “Os senhores têm métrica? Os senhores têm alguma avaliação, índice de reclamação e taxa que cada profissional atende?” Ninguém foi perguntar nada. Os profissionais não foram consultados. Simplesmente foi feito numa sala com tabelas e planilhas Excel. Chegaram lá e falaram: “Aqui está a escala de quem continua e quem não continua”.

Eu queria corrigir uma coisa que o Sr. Luciano falou aqui. Eu acho que é bom o pessoal entender. Quando falam dos estatutários, funcionários que são pagos pela Prefeitura, isso não sai da verba da OS. Então, a Prefeitura está colocando lá, sei lá, três médicos por turno. Isso já era na Santa Casa também, e ela está mantendo o que tinha. A outra metade é contratada via OS, que seria CLT. Desses, agora sim a participação é irrisória, porque mandaram um monte embora, e os números que nós temos - esses números não sou eu que falei - foram apresentados pela grande imprensa e saíram na Globo.

Na reunião que nós tivemos lá, com o Sr. Alberto e com a Dra. Sílvia Maçom(?), foram confirmadas 97 demissões, e eu particularmente perguntei para a Dra. Sílvia quantos

foram recontratados. Ela me falou: “Vinte e quatro”. Aí é só fazer uma conta aritmética simples e saber que o universo de funcionários era 290. Vão ver que isso é bastante significativo. São mais de 70 num universo de 290, só olhando o lado quantitativo e nem falando do qualitativo. Na parte quantitativa, que eu expliquei agora, o que aconteceu? A TLP, famosa Tabela de Locação de Pessoal, resumindo o que o Gerson e o Sr. Etevaldo falou aqui, a Santa Casa tinha um conceito de somar clínico com cirurgião e chamá-lo de socorrista, porque era uma maneira inteligente de o cirurgião não falar: “Não, não, eu só faço sutura”. Se está estourando a coisa, põem a pessoa para atender também. Então, tinham quatro mais dois, seis, no turno de manhã, e seis no turno da noite. Na nova TLP agora, que foi colocado no edital, então, seis e seis, há quatro e três. Então, foi reduzido 1/3 na parte da manhã, 33%, e 50% à noite. De seis caíram para três. Como isso não vai impactar? Por exemplo, quanto ao ortopedista, tinham todo um esquema lá, que os clínicos faziam um tipo de triagem, para deixar o ortopedista mais com a parte de fratura mesmo. Se a pessoa estivesse com uma entorse, passava primeiro no clínico. O ortopedista que está lá, está sozinho e dá plantão de 24 horas. Eu conversei com ele, que falou: “Olha, eu tenho que almoçar, eu tenho que ir ao banheiro”. É impossível, é impossível. Então, é fácil falar aqui sentado. Eu quero ver irem lá e verem o que está acontecendo lá.

Vou fazer a minha pergunta aqui: “Quem tomou essa decisão de reduzir essa TLP, no caso do PS de Santana?” Segundo, “Baseado em quê? Há algum estudo científico?” Apresentem para a gente. Terceiro: “Quem vai se responsabilizar pelas mortes, pelas sequelas de AVC e pelos tempos de atendimento lá, por cinco ou seis horas que as pessoas ficam lá?” Eu vejo isso. Seguindo em frente, como conselheiro participativo eleito pelo distrito de Santana, eu estou bastante preocupado com essa parte de controle social e bom trato do dinheiro público. Acho que todos nós aqui estamos, não é? Então, a primeira coisa que eu ia falar é o que o Sr. Alex falou brilhantemente. A Prefeitura está assumindo o passivo trabalhista da Santa Casa? Seria isso realmente legal? Outra coisa, não poderia isso ser encarado de uma maneira,

como uma espécie de indenização para quem está saindo? Porque eu não vi a Santa Casa reclamar nenhuma vez. Participei de reuniões com a Santa Casa. Ficaram quietinhos no canto. Então, de repente, está bom para eles.

Aí eu tenho mais uma coisa a falar. A gente tem que enxergar a informação que está atrás da informação. Foi feito um processo, no ano passado, e foi selecionado para a saúde. Quem participou desse processo? Santa Casa e Pró-Saúde; Santa Casa desqualificada na parte documental. É estranho alguém que está há sete anos operando numa entidade do tamanho da Santa Casa ser desqualificada na parte documental. Passam-se dez meses ou um ano, e a Pró-Saúde chega a conversar comigo, que iam alugar um imóvel na frente. Queriam saber se eu conhecia algum. Quando viram o tamanho da encrenca, deram para trás e não assumiram. Aqui está o pessoal que faz a licitação. Tiveram que fazer todo outro processo de chamamento e dessa vez foram buscar lá IABAS e entrou a Santa Casa. Não é estranho a Santa Casa ser desqualificada de novo pelo mesmo motivo, uma entidade do tamanho da Santa Casa?

Há outra questão. O contrato foi assinado e já, nas primeiras semanas, estava se falando em aditivo contratual. Eu falei: “Será que vai repetir essa prática que a gente vê as empreiteiras fazendo em obra da Copa, obra do Petrolão, que é ganhar o dinheiro na parte de aditivo?” Será? Contratam com um valor e uma semana depois já estão discutindo um novo valor? É estranho isso também.

Aí eu queria falar uma coisa relativa a uma matéria que saiu no SP TV na primeira edição da Globo, em 27 de abril de 2016. Foram entrevistadas várias pessoas. O Sr. Alexandre Padilha foi entrevistado, e, no final da matéria, o Sr. César Tralli - eu vou deixar o *linking* aqui depois com os senhores - fala assim: “O Secretário Alexandre Padilha nos informou que todas as demissões vão ser repostas”; e isso a gente sabe que é uma inverdade, porque se diminuíram a TLP, como é que vai ser repostos? O próprio contrato não prevê isso. Então, eu quero saber quem vai responder por essas inverdades? Aí eu queria colocar mais uma coisa.

Talvez o Sr. Luciano possa nos esclarecer. Na reunião anterior do conselho participativo... Na quinta-feira passada, houve uma. No mês passado, a gente recebeu uma notícia, que um grupo de quatro conselheiros e mais uma pessoa da sociedade civil teriam formado uma equipe e foram fazer uma auditoria nas unidades do Rio de Janeiro. Quem foi falou para a gente. Eu queria saber: “É o IABAS que está mandando essas pessoas?” Eu acho que o Sr. Luciano pode confirmar para mim. (Pausa) Não foi. Eu acho estranho. Fica mais estranho, até porque essa outra pessoa, todos eles têm uma mesma... Não foi plural, vamos dizer assim. O que seria certo? Chegarem ao nosso conselho - somos 34 - e falarem: “Elejam uma comissão e vamos lá fazer uma auditoria”. Não foi assim. Todos têm uma mesma orientação. Inclusive um deles é assessor do Vereador Alfredinho.

Eu queria deixar aqui um registro, que eu acho muito importante. Eu não admito, por exemplo, a não presença aqui do Dr. Alberto Oliveira, que é o coordenador de Saúde Norte. Ele foi convidado e - eu acho assim - e se torna, cada vez mais, uma figura importante, porque eu soube que houve uma reunião, na segunda-feira lá e estavam representantes do IABAS. Estava a Dra. Tereza Cristina e a Dra. Sílvia Maçom(?), que são da coordenadoria de Saúde Norte. Ali foi falado que o Sr. Secretário Alexandre Padilha deu total autonomia para cada coordenadoria fazer o seu processo, escolher a OS que iria administrar e inclusive mexer nessas TLPs. Então, o que está acontecendo, no PS de Santana, foi dito que é de responsabilidade do coordenador de Saúde Norte, o Sr. Alberto Oliveira. Então, ele teria que estar aqui. Deixo registrado também um desagravo, porque ele foi convidado para a nossa reunião do conselho participativo, que ocorreu no dia 9 de junho, na quinta-feira passada. Confirmou via ofício, não apareceu e não mandou representante. Então, a gente teve a presença dos médicos, um lado e não pode ter o outro lado, ou seja, esvaziou-se a nossa reunião. Queria que isso ficasse registrado.

A gente organizou um abaixo-assinado, que eu protocolar e deixar na mesa. Eu gostaria de lê-lo rapidamente, até para ficar nos autos aqui. Isso foi feito via internet:

- É lido o seguinte: (abaixo-assinado reivindicando a manutenção da atual equipe de médicos, enfermeiros, técnicos e pessoal administrativo)

O SR. JORGE INFRAIN(?) – Isso é importantíssimo. Está no Programa de Metas do Haddad e não será feito.

“Unidade de Pronto-Atendimento com ampliação e melhorias nas instalações, equipamentos, com investimentos de mais de seis milhões. Meta 25 do Programa de Metas, o que hoje já sabemos que não se cumprirá.

Em sentido contrário, as mudanças agora implantadas resultarão em uma sensível redução da equipe de médicos, enfermeiros e demais profissionais em cada plantão, com impacto negativo direto no atendimento à população. A atual equipe clínica é reconhecida pela grande experiência em atendimentos de urgência e emergência, com profissionais dotados de um perfil proativo e humano, com conhecimentos, habilidades, atitudes e sentido de equipe que honram a tradição do Pronto Socorro de Santana, fazendo com que seja considerado uma referência em Saúde na Cidade.

São Paulo, 29 de abril de 2016”.

Aqui tem uma relação com 252 nomes, que é o que temos até agora. Tem o nome, o número do RG, a profissão e os comentários para quem quis. A parte mais rica disso são os comentários. Até gostaria que o Luciano, se pudesse ficar com uma cópia, lesse os comentários. Isso está acessível no *link* bit.ly/PSSantana. Para todas as matérias que saíram na Imprensa, há um *link* do lado. Ali, se você colocar comentários, você consegue acessar todos os comentários feitos.

Queria falar mais duas coisas, para terminar.

Já falei que a minha família já está há mais de sete décadas lá. Eu trago marcado no meu corpo o resultado dos bons serviços de lá. Isso daqui, há quase cinco décadas, mostra o tratamento que obtive lá. Então, eu sei do que estou falando.

Nessa briga de elefantes – e, para mim, os elefantes aqui são Prefeitura, IAPAS, Santa Casa e Pró-Saúde – quem sai perdendo é a grama. A grama é a população.

Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Ernane.

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – Acho que já falei, mas não há problema, repetirei sem problema algum. Essa TLP foi elaborada pela equipe técnica de Coordenadoria e Supervisão Técnica de Saúde com o Núcleo Técnico do Gabinete. Então,

houve, sim, um trabalho técnico para definir essa TLP. Estou falando sobre a Coordenadoria Geral de Saúde Norte, Supervisão Técnica de Saúde Santana, porque lá também tem a Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria, que não faz muito sentido.

Então, teve, sim, embasamento técnico. Como já falei e repito, é claro que estranhamos essa redução da TLP, mas, por outro lado, estamos falando em processo de trabalho. Estamos falando que o contrato, que eu já falei aqui, nos possibilita esse acompanhamento. E, aí, acho de suma importância o trabalho de vocês, não só o Jorge, mas como todos os conselheiros, independente de qual segmento. O trabalho de vocês é primordial, porque esse contrato também permite uma atuação muito mais efetiva. Estamos aqui, por exemplo, debatendo o contrato. Não sei, no passado, como se deu isso, mas, ponto.

Então, em relação à TLP é essa a questão. Tenho certeza absoluta que o contrato não é rígido. Todo contrato é passível de ajuste, sim. Garanto a todos que, no gabinete, ninguém foi tratar de nenhum termo aditivo de contrato para qualquer situação que seja. Se, eventualmente, tiver de ser feito um termo aditivo, será feito. Se, eventualmente, no contrato tiver a necessidade de se fazer algum investimento, seja por uma emenda parlamentar ou por algum investimento necessário, aí tem de ser feito o termo aditivo. Isso porque o contrato não trata de investimento. E se tiver de ser feita uma readequação de TLP, se, na prática, essa TLP gerar algum prejuízo para o município, como se presume, pelo menos por parte do Sr. Jorge, tenho certeza de que é possível, sim, rever. Isso cabe a qualquer tempo e em todos os contratos.

Então, já falei em relação à TLP. Foi a Coordenadoria com a sua equipe técnica e o gabinete.

Pergunta do Alex sobre o passivo trabalhista. Independe de se tratar de Santa Casa, de Sírio Libanês ou de qualquer OS, a partir do momento em que se encerrou um contrato ou um convênio, porque, no caso de lá é um contrato de gestão, mas há convênios também – há uma prestação de contas. E, nessa prestação de contas, a OS, que lá estava, trará para a Secretaria a prestação de contas no sentido de esclarecer se havia dinheiro, se havia recursos em caixa, se o dinheiro que estava em caixa foi o suficiente para bancar a sua desmobilização do processo. E mais: estamos falando, aqui, de trabalhadores. Então, é uma questão que não dá para virarmos as costas e ignorar essa situação de demissões. Por isso que o nosso esforço foi muito grande no sentido de evitarmos demissões – para evitarmos demissões por meio de sub-rogo ou de realocação.

Então, passivo trabalhista: isso será identificado na prestação final de contas de cada um desses contratos ou convênios que estão sendo sucedidos.

Já falei sobre aditivo contratual.

Reposição de demitidos. A OS tem de garantir a TLP, que é a proposta para funcionamento adequado do OS. Então, a TLP garante pelos profissionais que lá estão: estatutários, que permanecerão; os profissionais CLT que foram sub-rogados em reposição daqueles que não foram sub-rogados. Tem de ser cumprido. E a TLP está bem clara, no contrato, e o Conselho Gestor obviamente também faz o acompanhamento de fiscalização disso aí.

Em relação ao que foi dito sobre os conselheiros, que visitaram o Rio, eu desconheço isso. Estou tomando conhecimento agora. Não tenho a menor condição de falar a respeito disso, porque, repito, desconheço.

Em relação à reunião do dia 9, possivelmente o Dr. Alberto deve ter alguma justificativa. Estou sabendo agora, também, que foi realizada. Vamos tomar conhecimento disso e, depois, ele vai se justificar no tempo oportuno.

(NÃO IDENTIFICADO) – Quando voltamos da reunião, achamos um *e-mail* uma hora antes da reunião, ele informando que não iria. Aí, já não resolvia. E também não mandou ninguém.

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – Ok. Então, são essas as minhas considerações em relação à fala do Jorge. E, Jorge, em relação às responsabilidades, que você bate com veemência e tem de bater mesmo, quem responderá? Jorge, o Secretário, o Coordenador, eu, o servidor público, todos nós respondemos, inclusive pessoalmente, por nossos atos. Se esta Gestão gerar qualquer prejuízo em qualquer unidade, por conta de uma boa intenção, de boa-fé, de melhorar os serviços e se, por eventualmente, ocorrer o contrário e não adotarmos medidas para conter um possível prejuízo à população, à assistência, com certeza responderemos por isso. Não tenha dúvida alguma. Então, os responsáveis são os gestores: Secretário, Coordenador, Supervisor e demais funcionários envolvidos.

Eu, por exemplo, sou responsável direto pelos chamamentos. Por isso que eu defendo, e fecho a minha fala, que eu não vim aqui defender IAPAS, Pró-Saúde, Santa Casa. Eu vim defender o processo de chamamento, que eu defendo com muita tranquilidade porque eu sei, porque fui eu que fiz. Então, quanto a isso, cada um responderá por seus atos.

Quanto à Santa Casa, me desculpe, Jorge, mas isso já foi falado, já foi explicado. A

própria Santa Casa reconheceu, tanto que não judicializou, porque não tinha argumento para isso. A Santa Casa, em Santana, no primeiro chamamento, que foi a Pró-Saúde que logrou êxito lá, a Santa Casa tinha dívida com o INSS. A certidão dela não era nem aquela “positiva com efeito negativo”, que aceitaríamos legalmente. Era uma certidão positiva, elencando todas as dívidas dela com o INSS. Desclassificada sumariamente, ponto. Isso é indiscutível. Depois, houve a oportunidade de quitar as suas dívidas, de parcelar, fazer não sei lá o quê. Por um acaso, houve um outro chamamento em Santana e teve o chamamento do Centro. A Santa Casa participou dos dois chamamentos e, de novo, com certidão positiva. Então, a Santa Casa foi desclassificada legalmente, porque não atendeu às normas do edital. Isso está muito claro. Teve recurso e nos manifestamos.

Então, repito: selecionamos organização social para prestar serviços. Não escolhemos. Não foi essa a nossa lógica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, esta audiência pública começou às 11h. Agora, são 14h30. O normal seria terminar às 13h. Diante do assunto, estendemos a duração. Ainda há duas pessoas inscritas: o Sr. Odair e o Sr. André. O André é um freguês habitual de nossas audiências públicas, o que me dá muito prazer. Mas pediria o seguinte: que pudéssemos encerrar a audiência pública e que os questionamentos pudessem ser feitos... Se os senhores permitirem, que fiquemos mais dez ou 15 minutos para fazermos as respostas, mas fora do horário oficial.

O SR. ODAIR MURILO PIETRO – A minha fala é bem rápida.

A primeira coisa que a rádio peão nos falou foi que o IAPAS chegaria ao Lauzane dando porrada. E não foi anda disso. Foi uma maneira muito educada. Gostamos muito da maneira como vocês chegaram lá.

Nem comentarei sobre o Pronto-Socorro de Santana, porque vocês já falaram muito. Moro 8 quilômetros longe de lá e eles nos atendia muito bem. Mas falarei sobre o meu caso.

Sou Odair Murilo Pietro, Conselheiro Gestor da UBS Lauzane e Conselheiro Participativo de Santana/Mandaqui/Tucuruvi. Não sei se o senhor está sabendo, mas o nosso raios-X está desabando. Há mais de um ano que estou lutando e não consegui. Agora, um dia estava em casa e a Rádio CBN me ligou e me pediu uma entrevista. De repente, todo mundo se mexeu. Só que tem uma coisa: interditaram o raios-X. Quero saber se ele será consertado.

Ele não está atendendo a mais ninguém, porque a parede estava oito dedos o chumbo quebrado.

Então, o senhor estava sabendo? E quero saber se voltará a funcionar, se vai reformar.

Outro ponto. Não temos salas suficientes e, aí, é com a Prefeitura. Temos poucas salas. Então, um médico, com o prontuário do paciente não mão, precisa esperar o outro médico sair! Olhem o custo financeiro, porque o médico está sendo pago para ficar na porta do consultório, e a demora para as pessoas serem atendidas. Não temos salas suficientes para todos os profissionais.

Terceiro. Colocar uma lixeira no fundo do corredor, onde havia uma janela. É um calor do caramba. Não há ventilação. Aí, colocam um ventilador... Acho que as bactérias ficam batendo papo. É bactéria da tuberculose para cá, da gripe para lá. Então, todos ficam contentes.

Os meus pepinos são esses daí.

Agora, há o caso de uma menina, que tem paralisia cerebral e ela era atendente lá. Não sei a questão, mas ela foi transferida para Anhanguera. Quem conhece o Mandaqui e conhece a Anhanguera, sabe da diferença! Uma menina que anda com dificuldade e tem este problema de saúde. Eu não sei se a questão é jurídica, se pode ou não... Mas, aí, eu gostaria... É a Rosângela, lá de nossa Unidade.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, encerrarei a audiência pública. A resposta poderá ser feita diretamente. Também peço a gentileza para que se faça a pergunta diretamente.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público, em geral, no portal da Câmara Municipal, www.camara.sp.gov.br, no link Audiências Públicas, Registro Escrito. Então, aqueles que tiverem interesse podem acessar o nosso portal.

Encerro esta audiência pública agradecendo a presença de todos. Achei muito interessante a audiência pública e muito obrigado pela paciência de todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

